



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Luis Augusto Boulhosa da Silva

**A música como instrumento
para a inclusão social**



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Luis Augusto Boulhosa da Silva

**A música como instrumento
para a inclusão social**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Orlando Petiz Pereira

abril de 2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

A temática desenvolvida neste trabalho, “A música como instrumento de inclusão social” originou-se a partir do interesse em evidenciar a relação entre a metodologia de ensino e aprendizagem e o ensino de música. Atualmente, o mundo encontra-se bastante conturbado quando consideramos a quantidade de informações que são veiculadas e, conseqüentemente, a velocidade com que são propagadas. Em curtos períodos, portanto, obliteram-se assuntos relevantes, enquanto destacam-se outros de menor relevância. Um resultado comum dessa equação é a dificuldade de assimilação dos dados divulgados. Por isso, os recetores – os alunos, neste caso específico– sentem-se confusos com tal transformação social e são afetados no seu processo de aprendizagem. Para enfrentar as dificuldades impostas por esse quadro, medidas alternativas estão sendo colocadas em prática. Embora ainda contem com pouca visibilidade, estas medidas já são bem recebidas e aplicadas em algumas instituições. Uma destas novas metodologias é a “aprendizagem-serviço”. Quando aplicada, esta metodologia assume o caráter de projeto social que, com a participação dos alunos, cria um ambiente harmonioso para a realização das aulas, desenvolve aspetos humanísticos importantes para comunidade em questão, contribuindo, enfim, para a resolução de problemas.

Neste trabalho refletimos, essencialmente, sobre o ensino com música. Queríamos ver a sua influência no processo de aprendizagem do aluno. Os resultados, quer através das respostas dos alunos, quer através das respostas dos seus encarregados de educação, mostram que a utilização da música neutraliza o estado de apatia do aluno, motiva-o para os relacionamentos sadios, para a entrega mais voluntariosa aos estudos. Também reduz o stress e dá-lhe mais equilíbrio emocional, o que traduz em melhor desempenho.

Palavras-chave: Música, Ensino, Metodologia, Serviço-aprendizagem e Inclusão Social.

Abstract

The theme developed in this work, "Music as an instrument of social inclusion" originated from the interest in highlighting the relationship between teaching and learning methodology and music teaching. Today, the world is very troubled when we consider the amount of information that is being transmitted and, consequently, the speed with which it is propagated. In short periods, therefore, important subjects are obliterated, while others of lesser relevance stand out. A common result of this equation is the difficulty of assimilation of the disclosed data. Therefore, recipients - students, in this case - feel confused by such social transformation and are affected in their learning process. In order to face the difficulties imposed by this framework, alternative measures are being put into practice. Although still lacking in visibility, these measures are already well received and implemented in some institutions. One of these new methodologies is "service-learning". When applied, this methodology assumes the character of a social project that, with the participation of the students, creates a harmonious environment for the accomplishment of the classes, develops important humanistic aspects for the community in question, contributing, finally, to the resolution of problems.

In this work, we mainly reflect on teaching with music. We wanted to see their influence on the student's learning process. The results, either through the students' responses or through the responses of their parents, show that the use of music neutralizes the student's state of apathy, motivates him to healthy relationships, and more willingly to study. It also reduces stress and gives you more emotional balance, which translates into better performance.

Keywords: Music, Teaching, Methodology, Service-learning and Social Inclusion.

Índice

Resumo	iv
Abstract.....	v
Índice.....	vi
CAPÍTULO I	8
1. Introdução	9
1.1 Preâmbulo e justificação do trabalho	9
1.2 Questões de partida	10
1.3 Objetivos	10
1.4 Considerações sobre o percurso metodológico.....	11
1.5 Organização do trabalho	11
CAPÍTULO II	12
Revisão da Literatura	12
2. Revisão da Literatura	13
2.1 Introdução	13
2.1.1 Noções e objetivos.....	13
2.1.3 Importância da ES no equilíbrio dos desencontros da sociedade.....	21
2.2 Inclusão Social.....	22
2.2 Responsabilidade Social	27
2.3 Conclusão	29
CAPÍTULO III	30
3. Aprendizagem-Serviço.....	31
3.1 Introdução	31
3.2 Noções e desenvolvimento	31
3.3 A música como ferramenta na Aprendizagem-Serviço.....	36
3.4 Ensino com a música	43
3.5 Conclusão	46
CAPÍTULO IV.....	48
4. Metodologia.....	49
CAPÍTULO V	55
5.1 Introdução	56
5.2 População e amostra.....	56
5.3 Dados e respostas dos alunos	57
5.4 Dados e respostas dos Pais	62

5.5	Relação entre as respostas dos alunos e dos pais.	66
5.6	Conclusão	67
CAPÍTULO VI		68
6	Discussão	69
CAPÍTULO VII		72
7	Conclusão e fragilidades do trabalho	73
Referências Bibliográficas		76

CAPÍTULO I

Introdução

1. Introdução

1.1 Preâmbulo e justificação do trabalho

O interesse pela inclusão da música no desenvolvimento da economia social surge como resultado da minha experiência com a música e por ter vivido uma relação de quase 20 anos ao lado dessa arte transformadora. De forma sempre particular, estudei com professores de diversos lugares do mundo e percebi que a música pode ser um excelente meio de transformação pessoal e social. Assim, a questão da escolha da inserção da música na aprendizagem ocorreu, essencialmente, por dois motivos: (i) o primeiro resulta da minha própria experiência com a música e o que representa para mim, dadas as transformações que em mim operou. A música, na minha fase de adolescência, permitiu-me aceder a diferentes modos de aprendizagem e atuação na sociedade. Fez-me acreditar no sucesso das aprendizagens e orientou os meus comportamentos para os valores voltados para a cultura, paz, solidariedade, entre outros, (ii) o segundo motivo coincidiu com a realização do mestrado em economia social que, além de me proporcionar outras atividades que irão ser mencionadas neste trabalho, inclui ainda, a humanização da economia através dos valores.

Assim, a temática desenvolvida neste trabalho, “A música como instrumento de inclusão social” originou-se a partir do interesse em evidenciar a relação existente entre a metodologia de ensino e aprendizagem e o ensino da música. Atualmente, o mundo está mais conturbado, o que faz desequilibrar emocionalmente os alunos e, conseqüentemente, a sua atenção aos conteúdos lecionados nas diferentes disciplinas é, tendencialmente, baixa, tal como acontece com a sua motivação para as coisas. Neste contexto, a economia social associada a metodologias de ensino-aprendizagem pode servir para conduzir o aluno para um estado de maior equilíbrio pessoal e social.

Para enfrentar as dificuldades impostas por esse quadro, medidas alternativas estão sendo colocadas em prática. Embora ainda com pouca visibilidade, estas medidas já são bem recebidas e aplicadas em algumas instituições. Uma destas novas metodologias é a “aprendizagem-serviço”. Quando aplicada, esta metodologia assume o caráter de projeto de ensino de vocação social. Com a participação dos alunos, cria-se um ambiente harmonioso para a realização das aulas, desenvolvem-se aspetos humanísticos importantes para comunidade em questão, contribuindo para a resolução de problemas. Desta forma, tal processo possibilita às crianças e aos adolescentes envolvidos

neste projeto, um caminho para o exercício e para a conquista da cidadania efetiva. Também contribui para uma melhor inclusão social dado que interage com a comunidade ajudando-a, respeitando-a e tornando-a mais sensíveis para as questões sociais e para sustentabilidade da vida.

1.2 Questões de partida

Atendendo à importância do tema em reflexão, estamos motivados para fazer um ensaio da música como instrumento para inclusão social. Neste sentido, a nossa questão de partida é:

- Pode a linguagem musical ser um instrumento de inclusão social dos alunos?

Subjacente àquela questão, surge-nos uma outra questão que consiste em saber se faz sentido aplicar a metodologia de aprendizagem-serviço ao ensino da música, ou se faz mais sentido utilizar a música como instrumento para o desenvolvimento pessoal e social, bem como a assumirmos como uma variável de inclusão social.

1.3 Objetivos

Com o intuito de respondermos às interrogações anteriores, os nossos objetivos são:

- a) Refletir sobre a atratividade dos jovens pela música;
- b) Identificar aspetos positivos no desenvolvimento dos jovens através da música;
- c) Ver o impacto social que a música tem sobre a comunidade, através dos jovens que estão a estudar música;
- d) Refletir sobre a utilização da música enquanto instrumento potenciador de sucesso da metodologia da aprendizagem-serviço.

1.4 Considerações sobre o percurso metodológico

Para tentar dar resposta àqueles objetivos, o percurso metodológico utilizado foi o misto, que contempla as vertentes qualitativa e quantitativa. Contudo, neste tipo de temática a vertente qualitativa parece sobrepor-se à quantitativa porque se parte à procura de sentimento e de perceções para fundamentar as nossas proposições. Neste sentido, os principais instrumentos a utilizar são: a entrevista e o questionário. O público alvo são os alunos das escolas de música, seus pais e professores. Os inquéritos por questionário foram aplicadas nos alunos da escola Mozart, sediada em Braga, conforme se desenvolve no item 4 da “Metodologia”.

1.5 Organização do trabalho

O trabalho está dividido em sete capítulos. O Segundo faz uma revisão de literatura para enquadrar os temas abordados. O terceiro, de forma específica, aborda a metodologia da aprendizagem-serviço. Esta metodologia de ensino-aprendizagem, para nós, torna-se pertinente porque é através dela que iremos propor um plano de ação a ser utilizado nas escolas como metodologia a seguir. O quarto debruça-se sobre a metodologia utilizada neste trabalho. É aqui que apresentamos e justificamos as razões das escolhas que fizemos sobre o percurso e o instrumento utilizado: questionário. O questionário é composto por questões fechadas e está dividido em três grupos para darem respostas aos objetivos propostos. Por seu lado, há também as questões abertas, de forma a dar liberdade de pensamento e resposta aos respondentes. O quinto capítulo dedica-se ao caso prático. É aqui que fazemos o trabalho de campo e colhemos os dados e a informação para propormos a música como instrumento na metodologia do serviço-aprendizagem, atendendo os seus benefícios, como será explicado. No Sexto capítulo apresentaremos a discussão e no capítulo seguinte a conclusão, com as limitações e pistas para reflexão futura.

CAPÍTULO II
Revisão da Literatura

2. Revisão da Literatura

2.1 Introdução

Neste capítulo fazemos uma pequena revisão da literatura para enquadrar o ensino com música, tornando-o mais apelativo e gratificante para a comunidade académica. Isto porque a música é acolhida como uma variável de inclusão social, o que vai ao encontro das preocupações da economia social. Desta forma, neste capítulo, apresentamos a economia social, relacionámo-la com os tumultos da sociedade presente e com a responsabilidade e inclusão social.

2.1.1 Noções e objetivos

Segundo Vasconcelos (2017) a Economia Social pode ver-se através da reunião das atividades económicas e sociais, executadas por organizações que a integram, e que estejam devidamente alcançados pelo ordenamento jurídico como são, a exemplo, as cooperativas, as associações mutualistas, as misericórdias, as fundações, as associações com fins altruístas que funcionem na esfera cultural, recreativa, do desporto e do desenvolvimento local, dentre outras, cuja finalidade é defender o interesse geral da sociedade. É, então, fundamental e justificável que um quadro legislativo próprio sobre o desenvolvimento da economia social na Região seja criado e que seja apto para aliar rentabilidade com solidariedade, para que, conseqüentemente, no âmbito da economia, se produzam empregos de qualidade e com direitos, de maneira a conter os grandiosos índices de pobreza que persistem na sociedade, e para reforço da concordância económica e social, num quadro de valores democráticos, onde a economia sirva as pessoas, e não o contrário. Assim, é na economia social que encontraremos uma grande capacidade de lidar com novos desafios sociais, inovando, melhorando, aumentando recursos e vontades, especialmente em áreas em que o combate às desigualdades e à exclusão e pobreza requerem soluções solidárias e de mobilização das comunidades. Esta prática oferece efeitos positivos sobre a inovação social, mas também sobre a capacidade empreendedora de índole social.

Na visão de Caeiro (2007), nos últimos tempos, a definição de economia social está inserida num profundo e entusiasmado debate, no que se refere a busca de um veículo abundantemente forte para possibilitar entender o que se pretende significar. Nesse

sentido, há também alguma dificuldade na tentativa de diferenciação entre economia social e os outros conceitos correlacionados de uma ou outra forma com as funções conjuntas à intervenção social, mais especificamente o de ‘terceiro sector’, ‘organizações sem fim lucrativo’ ou ‘economia solidária’, sendo a definição, usualmente, justificada em critérios próprios ou, ainda, pouco sólido na ótica científica. Contudo, os conceitos de economia social, de terceiro setor e economia solidária, são utilizados de forma indistinta por muitos autores que investigam esta realidade. Não se configura fácil tal distinção e muitas vezes é mais fácil não a fazer, optando-se pelo uso indiscriminado do termo. O que predomina para além dos conteúdos de definição teórica é a realidade social e económica em que se inclui a economia social ou o terceiro setor, respaldando-se num afastamento tanto da parte do mercado como do Estado, mesmo que sem renegar a qualquer destas realidades.

De acordo com Pereirinha (2008), ao referimo-nos à realidade de um Terceiro Setor da Política Social ou Terceiro Sistema, nós também sublinhamos a atenção para a sua grande heterogeneidade em cada país sobre o termo. Contudo, tal diversidade amplia a partir do momento que expandimos à esfera territorial da pesquisa. O autor acrescenta ainda que a variedade de instituições é muito grande, e que são suportadas pelas heranças culturais distintas. Dessa forma, ainda de acordo com a mesma fonte, encontramos o conceito de “Economia Social” (Economie Sociale) na cultura francófona (França, Bélgica), o conceito de “setor voluntário” (Voluntary sector) no Reino Unido, e o sector das “organizações sem fins lucrativos” (non-profit organisations) nos EUA.

Segundo Pereirinha (2008, p.115) a definição de economia social mostra-se claramente explicado pelo Conselho Valónio (Bélgica) de Economia Social, concebido em 1989, nas seguintes cláusulas: “A economia social compõe-se de atividades económicas exercidas por sociedades, principalmente cooperativas, mutualidades e associações cuja ética se traduz nos seguintes princípios: i) finalidade de serviço aos membros ou à coletividade em vez de lucros; ii) autonomia de gestão; iii) processo de decisão democrática; iv) primado das pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição dos rendimentos”.

Para Reis (2006), a economia Social origina-se no período do século XIX. A partir daí, segundo o mesmo autor, afirma-se pelo discurso de Charles Gide, na ocasião da Exposição Universal da Economia Social de Paris, em 1900, na qualidade de um novo

ponto de vista, a começar dos novos princípios, bem como a norma dos comportamentos económicos nas sociedades modernas, tentando as transformações em curso. Sua conceção baseada nos pensadores como Owen, Fourier, Saint-Simon e Proudhon, que foram correlacionadas em modernos enfoques de instituições económicas, tais como as cooperativas e as mutualidades. Ainda de acordo com o autor, relativamente a Robert Owen, no Reino Unido, crê-se num modelo social perfeito justificado na ordenação dos cidadãos em associações e pequenos grupos que contestam o isolamento dos indivíduos e promovem a liberdade do homem. Contudo, na França, com Saint-Simon, desponta um subgrupo associativista que expande a ideia cooperativa e que vem conceber formas (Cooperativas) de administração da produção. Conforme Pereirinha (2008), atualmente, em países como a França, Bélgica, Espanha, Portugal, Itália e países de tradição latina, essa realidade de organizações como cooperativas (de produção, de consumo), de mutualidades, de associações, é fruto de uma evolução histórica que remonta a esses tempos e onde se pode encontrar os princípios éticos supracitados. Mais tarde, em 1997, segundo Reis (2006), a Comissão Europeia defende a ideia de Terceiro Sistema, buscando unir o conjunto das organizações que, havendo raiz cultural e organizacional em diversos países europeus (cooperativas, fundações, associações), podem ser colocadas a serviço da promoção do emprego. A definição do Terceiro Sistema nasce com condição mais integrante e menos culturalmente manifestada com a realidade latina que se encontra somente em alguns dos países da União Europeia.

Para Pereirinha (2008), o setor voluntário entende-se como uma ideia contemporânea a fim de denominar diversas entidades que, no Reino Unido, por exemplo, manifestam em inúmeras ações sociais e que, coincidentemente, acabam por se misturarem com algumas designações clássicas, tais como: i) “charities” (com objetivos assistenciais e educacional); ii) “setor comunitário” (grupos que representam ao nível local, não estando necessariamente organizadas em termos formais); iii) “voluntários” (esfera privada não lucrativa compreendendo a atuação voluntária, onde envolve-se um número muito significativo de pessoas).

Segundo Salamon (1993), as organizações sem fins lucrativos são uma extensa reunião de organizações que abarcam hospitais, universidades, clubes sociais e desportivos, organizações profissionais, centro de dia, grupos ambientalistas, agências de aconselhamento familiar, centros de formação profissional, organizações de direitos humanos e muitas outras e que integram uma totalidade de peculiaridades, tais como: i)

organizações, ou seja, há uma presença e estrutura institucional; ii) privadas, estão institucionalmente desprendidos do estado; iii) não há distribuição lucros, ou seja, não há distribuição de lucros aos seus dirigentes ou proprietários; iii) são autónomas, quer dizer, têm total controlo sobre a sua atividade; iv) são voluntárias, isto significa que não é legalmente solicitado aos seus trabalhadores que sejam membros dessas instituições, fruindo com contribuições voluntárias para o seu funcionamento. Ainda de acordo com Salamon (1999), este tipo de agrupamento de instituições é responsabilizado um conjunto variado de formas e funções nos diversos países do mundo. A partir de um estudo comparativo envolvendo 22 países da Europa Ocidental, Central, Oriental e outros países desenvolvidos e América Latina, foram extraídos alguns resultados que nos permitem concluir a respeito: i) da importante dimensão económica deste setor em termos de Valor Acrescentado; ii) volume de emprego muito significativo, quer de emprego remunerado quer de trabalhadores voluntariados; iii) Mostra uma expressão maior nos países mais desenvolvidos em comparação com o terceiro mundo, relevando diferenças, entre os países desenvolvidos, no seu peso na economia; iv) prevalecem, na sua atividade, os serviços de provisão de bem-estar, mas com diferença entre países continentais na Europa, enquanto os serviços de cultura e recreio predominam nos países do leste europeu; v) a maior parte das receitas não são da filantropia mas, antes, provenientes do setor público (em 40%) e da venda de serviços produzidos (49% das receitas); vi) revelam um grande crescimento do emprego.

Para Caeiros (2008), após a exposição conceitual do tema, é inegável que aquelas definições sofram diversas ambiguidades, sendo mais patente o afastamento virtual entre as duas realidades. No entanto, a nossa atenção foi focada nas questões terminológicas, mas impõe-se antes da pesquisa mais precisa do conceito de economia social, que se evidencie a sua caminhada evolutiva e sua atualidade. Diante disso, este conceito deriva do vocabulário francês, e reconstrói os hábitos de solidariedade como reação às transformações económicas e sociais da revolução industrial, originando assim formas de organização como as associações, as cooperativas e as mutualidades. Ainda de acordo com Caeiros (2008), em resumo, ela passou a ser utilizada pelos autores que discordam do modelo dominante, acusado de separar as regras de funcionamento da economia das regras morais.

Para Caeiros (2008) a inexistência de relevância jurídica do conceito de economia social, em si próprio, ainda que possa exaurir a sua força de transmissão, refreia a urgência de se ter conclusões nítidas relativamente à sua identidade. Porém, isto não fragiliza a relevância dessa procura, no sentido da qual tem declarado um relevo crescente a questão dos valores. Em outras palavras, podemos afirmar que para ser viável projetar a economia social autonomamente no âmbito do direito, cedendo-lhe relevância política própria, será imprescindível tornar clara a sua imagem e os seus limites, e isso só será possível a partir da determinação da variedade de valores à volta dos quais ela se propõe, tais como: solidariedade, respeito, integração, cooperação, igualdade social, entre outros. Assim, no conjunto da economia social, é natural que aumentem os valores e princípios constantes na personalidade cooperativa (Caeiros (2008)). Estes foram resultados de um procedimento acumulado que chega a mais de 150 anos, tendo, periodicamente, sido objeto de reavaliações, radicadas numa audiência laboriosa dos movimentos cooperativos do mundo todo, passadas pela análise de minuciosas reflexões doutrinárias, sempre voltadas às efetivas cooperativas, oferecendo importância a todos os segmentos de todos os continentes. Assim, encaramo-los como ponto de partida, não querendo ser a obliteração de qualquer das partes da economia social, mas sim a valorização realista da sua parcela mais amadurecida.

As organizações não-lucrativas são instituições económicas com natureza híbrida, que possibilitam uns traços das organizações com fins lucrativos com algumas características próprias das administrações públicas (Pereirinha, 2008). À semelhança das organizações com fins lucrativos, cujas decisões económicas são conquistadas de acordo com critérios de racionalidade económica, ou seja, através de lógicas características à sua contribuição no mercado, e não segundo processos políticos de decisão, como acontecem nos serviços públicos. No mesmo sentido, contam também com receitas originárias da venda de produção, não tendo receitas na tributação para sustentarem sua atividade, também como acontece nas administrações públicas. Por outro lado, em comum com as organizações públicas, acontece pelo fato de contarem (ainda que não exclusivamente) com a participação do estado no auxílio financeiro de suas atividades, através de subsídios, isenções fiscais, entre outros, ou seja, o seu custeio ocorre, de igual modo, em padrões políticos. Cabe ressaltar que, além das contribuições do Estado e dos recursos provenientes das vendas da produção, estas organizações contam também com donativo de pessoas singulares ou empresas. Todavia, diferenciam-se das organizações com fins

lucrativos, pelo fato de não haver apropriação privada do excedente, sob a forma de lucro. É esta específica característica, a “restrição de não-distribuição” que confere, a estas organizações, a designação “sem fins lucrativos”.

Para Pereirinha (2008) essa perspectiva clássica de esclarecimento da função e dever destas organizações na vida económica das sociedades atuais, condiz com a ideia de que estas organizações, dada a natureza híbrida, possibilita resolver alguns problemas por conta dos fracassos do mercado (por serem organizações que, participando no mercado, não seguem princípios de racionalidade caracterizados pelo objetivo de maximização do lucro) e, do mesmo modo, solucionam questões provenientes da existência dos fracassos do Estado. Pereirinha (2008) acrescenta que a teoria clássica que incorpora esta perspectiva explicativa, é a de Weisbrod (1988), na qual afirma que estas organizações conseguem atender à procura de recursos públicos que não conseguem ser resolvidas pela provisão pública, o que seria um fracasso do Estado. A justificativa para isto assenta no conhecido teorema do votante mediano que nada mais é que um importante resultado na teoria económica da política, a respeito da solução de um sistema político, na afetação de recursos à produção de bens públicos, com decisores políticos tracionais. Numa Sociedade moderna de democracia representativa, é possível reconhecer-se que os partidos políticos possuam uma conduta racional de maximização de votos, sendo cada um dos cidadãos eleitores agentes racionais que procuram maximizar a sua utilidade. Desta forma, considerando que as preferências dos eleitores tem um único valor máximo, o teorema do votante mediano mostra que, nestas circunstâncias, num processo de decisão por maioria de votos, a política decidida, será aquela preferida pelo votante mediano, isto é, aquele que, numa ordenação dos cidadãos por ordem crescente do nível mais preferido de despesa em bens públicos, fizer uma participação 50% / 50% do conjunto de eleitores.

Para Pereirinha (2008) se a sociedade for híbrida, com multiplicidade de grupos sociais com inclinações distintas (por exemplo, uma sociedade com diversidade de grupos étnicos), poderão esses grupos deparar com o não contentamento de suas preferências. Cabe mencionar que, esta diversidade de procura gera um fator de surgimento, na sociedade, de instituições voltadas para a satisfação destas necessidades. É possível verificar que nas sociedades europeias a existência de preferências localmente definidas constitui um fator indutor de formas organizativas de natureza voluntária, tais como, associação de moradores, centros de dias paroquiais. Todos voltados para as necessidades da população.

Hansman (1987) sustenta que a existência de organizações não lucrativas se justifica porque elas permitem resolver falhas de mercado que se verificam, em certas circunstâncias e tipos de serviços, caso a sua oferta fosse feita por organizações com fins lucrativos. Tal realidade pode ser verificada, frequentemente, em serviços de cuidados pessoais, creches, centros de dia e lares de idosos, e condizem à existência de falta de conformidade de informações sobre a instituição fornecedora do serviço. Nestes serviços, através das instituições privadas com fins lucrativos, estas possuem constantemente muito mais informações do que os utentes sobre as características do serviço prestado. Desta forma, acaba sendo muito difícil a estes usuários ter controlo sobre a qualidade dos serviços oferecidos. Pelo exposto, pode-se afirmar que as entidades privadas com fins lucrativos possuem incentivo para beneficiarem desta assimetria para lucrar demasiadamente. Em resumo, caso essas instituições não terem a distribuição de lucros como principal objetivo, o fato da restrição de não-distribuição torna estas entidades mais credíveis. Justificar-se-ia, assim, a procura de serviços oferecidos pelas instituições sem fins lucrativos.

Uma outra perspectiva para a existência de instituições sem fins lucrativos na provisão do bem-estar, segundo Pereirinha (2008), enquadra-se também em outro fracasso do Estado que é em relação a imperfeição da informação que o Estado tem sobre a disposição dos cidadãos para pagar pelo fornecimento de bens públicos. Ainda de acordo com o mesmo autor, no que se refere ao caso da provisão pública, não existindo preço nem mecanismos de mercado para intermediar a afetação de recursos através da troca, inexistente um dispositivo que possa avaliar a disposição para pagar o que o mercado revela pelo preço e mecanismo de troca. Ainda segundo o autor, quando uma agência governamental fornece um serviço, o equivalente preço (político)- imposto é o montante do imposto que equipararia ao fictício preço do benefício marginal. Ocorre que esse pseudo preço-imposto não pode ser conhecido de forma individualizável entre os vários consumidores/cidadãos. Assim, o Estado determina politicamente a quantidade e a qualidade da produção a realizar do bem ou serviço público e, por fim, gera um sistema fiscal de acordo com as normas orçamentais definidas politicamente.

Para Vieira (2015) é indiscutível o reconhecimento a nível mundial de que existe um terceiro setor socioeconómico a par dos setores público e privado, mesmo que ele não tenha na maior parte dos países consagração legal. O terceiro setor é por vezes entendido

como setor cooperativo, outras vezes como setor de economia social, outras ainda setor social e solidário, mas muitos satisfazem-se em chamá-lo de terceiro setor.

De acordo com Graça (2006) os princípios adotados pela Economia Social são: (i) Primado da pessoa e do objeto social sobre o capital; (ii) Adesão voluntária e livre; (iii) Controlo democrático pelos seus membros; (iv) Defesa dos princípios de solidariedade e responsabilidade; (v) Autonomia de gestão e independência face aos interesses públicos; (vi) Afetação dos excedentes a objetivos como o desenvolvimento sustentável, melhoria dos serviços prestados aos próprios membros e ao interesse geral. Isto significa que a Economia Social está a conquistar expressão e seus propósitos transpassam imperiosamente pela solidariedade e pelo desenvolvimento integrado da comunidade e do homem. Não obstante, a Economia Social ou Terceiro Sector deve esporadicamente suprir a atuação do Estado ou ser uma extensão deste na instalação de suas políticas sociais.

Para CIRIEC (2006), a Economia Social é uma junção económico/social que acabou por contribuir, a nível Europeu, para mais de 7,5% do emprego remunerado total. Relativamente para Portugal, 5,5% em 2010. No caso desse País existe uma margem de crescimento, relativamente ao potencial de criação de emprego remunerado, demasiada elevada, sem contar ao imenso potencial de crescimento do voluntariado. Ainda de acordo com o autor, no que se refere a efetiva contribuição da Economia Social para o desenvolvimento, listamos abaixo algumas palavras que julgamos ser fundamentais quando refletido em relação a função da Economia Social e suas vantagens comparativas frente a outros setores dos meios de produção, como “Rede”, “Comunidade” e “Cooperação e solidariedade”

- Rede – A Economia Social é uma rede, criada entre conexões que se fundem, por meio de pessoas que se organizam, se auto organizam, com ou sem apoio público, enfrentando e superando episódios de carência, sejam elas relativas ou absolutas, mas sempre atinando saídas e soluções, ultrapassando os obstáculos e problemas da vida em geral (individual, familiar ou comunitária).
- Comunidade – A Economia Social está presente em comunidades locais e regionais misturando-se com a sua geografia física e humana. É atrelada aos cidadãos, portanto, há uma maior flexibilização na ação do que as

organizações de setores públicos e do que muitas empresas privadas, atuando, com afinco aos seus princípios originais.

- Cooperação e Solidariedade – Valores que preenchem a Economia Social e que estão incorporados, de forma efetiva, num novo modelo emergente da organização económico-social das sociedades.

2.1.3 Importância da ES no equilíbrio dos desencontros da sociedade.

A economia social, atualmente, encontra-se na atenção de políticos, economistas, pensadores e quer se apresentar como alternativa suavizadora no seio de um regime em que as pessoas ainda preferem o capital. Para que consiga alcançar o que pretende, necessita que seja percebida, regulamentada, difundida no seio das instâncias comunitárias como alternativa ao sistema atual.

De acordo com Graça (2006), o crescimento constante das desigualdades entre conjuntos sociais no interior de um único país, e junto às populações dos diferentes países, é uma realidade. Como consequência, verifica-se o incremento da pobreza, aumentam os problemas à coesão social. Como consequência, a democracia defronta-se com ameaças, para além do impacto negativo no plano do desenvolvimento económico-social. Inclusive, aumenta o desgaste do conjunto de relações de confiança, de credibilidade, de respeito das regras, imprescindíveis em todas as relações de convívio social. Junto à empresa privada voltada para a lucratividade e dos vários tipos de empresa pública, deve-se ser capaz de radicar-se e exprimir-se as organizações da Economia Social que perseveram fins mutualistas e sociais, apontados para a produção de bens e serviços transacionáveis e para a intenção de fins filantrópicos. Ainda de acordo com o autor, do seu mútuo enfrentamento no mercado, pode esperar-se um tipo de cruzamento dos comportamentos de empresa, isto posto, uma atenção sensível à civilização da economia. Contudo, o futuro modelo da entidade económico-social das sociedades, se não nos deixarmos capturar pelos acontecimentos do curto prazo, e seus efeitos lastimosos nas famílias e organizações, se colocará em favor do desenvolvimento sustentável, de maneira nova e significativa e os valores determinantes são o rosto da Economia Social, os quais podemos resumir em cooperação e mais solidariedade.

Não podemos acreditar na imprescindibilidade da pobreza, nem na perenidade da riqueza. Sabemos que todo o mundo é trespassado com o fenómeno da exclusão, algumas vezes unindo-o pela atuação da natureza, ou do homem, e assim, se encontram pobres e ricos fazendo frente aos dramas da condição humana. Seremos de fato autênticos quando capacitados a refletir, coletivamente, em relação aos possíveis novos caminhos e novas oportunidades, que interruptamente se mostram diante de nós. Assim estaremos aptos, entre as diferenças e desigualdades, a encontrar as qualidades de alguns conceitos que garantem esperança da vitória na luta perene contra essas injustiças escondidas, sorrateiramente, nas costas da pobreza e da desigualdade. Não iremos na ilusão de um mundo sem diferenças, tampouco sugerindo o ideal de igualdade que nos conduzirá à tão sonhada felicidade. Já temos a experiência histórica para nos lembrarmos e desiludirmo-nos a respeito dessa generosidade absoluta desse caminho. Mas, sabemos que é possível lutar pela igualdade de oportunidades, pela moral na administração das organizações e das instituições, em liberdade e com responsabilidade. Desejamos, assim, ratificar o ideal de que a era presente, que carrega uma crise desmedida do sistema económico e financeiro e um declínio de consciência e de valores, é uma era de grandes esperanças e oportunidades para o desenvolvimento humano.

2.2 Inclusão Social

Este trabalho tem como um dos focos procurar entender como é que o acesso à música pode influenciar na cidadania e na inclusão social de indivíduos que, talvez, nunca tiveram contato ou não foram possibilitados a terem-no com a arte em geral.

Para COM (2003), a inclusão social é o meio que certifica que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acedam às oportunidades e aos recursos indispensáveis para atuarem de forma efetiva na área económica, social e cultural para melhorem a um nível de vida e bem-estar visto como normal na sociedade em que vivem. De acordo com o mesmo autor, trata-se de um processo que tem como meta impulsionar a inclusão das vertentes em vulnerabilidade social, enfatizando a cidade, a escola, o emprego e a proteção social. Nomeadamente à solidariedade social que é um processo distinto da exclusão social, pois reflete companheirismo.

Segundo Laclau (2006), trata-se de um conteúdo de abertura e de gestão: abertura, percebida através da sensibilidade para apontar e recolher as demonstrações de

insatisfação e desarmonias sociais, a fim de reconhecer a multiplicidade social e cultural; gestão, percebida como uma segurança no caráter quantificável de exigências e questionamentos, administrados através de técnicas gerenciais e da atribuição de recursos em projetos e programas (as políticas públicas). Método pelo qual a exclusão social é reduzida. Referencia-se pela procura da diminuição da desigualdade por meio de objetivos determinados que auxiliem no crescimento da renda e do emprego.

De acordo com Sheppard (2006), a inclusão social relaciona-se com a busca pelo equilíbrio social através da cidadania social. Em resumo, todas as pessoas têm direitos iguais na sociedade. A cidadania social atenta-se com a execução do bem-estar das pessoas como cidadãos.

Figura 1: Ramos de Inclusão



Fonte: Elaboração própria

Para Teixeira (2005), dá-se a educação uma incumbência preventiva e paliativa da exclusão social. Na preventiva, se apresenta uma educação de valor para todos, que contenha uma obrigação concomitante de equidade, com escolarização integral e dedicação especial às crianças em situação de risco (situação de abandono ou desfasagem de idade/série). Esta ação impediria a formação da era da exclusão, onde a criança pobre, sem escolarização de qualidade, está, potencialmente, rejeitada da economia formal. Tal situação culmina com possibilidades escassas de superar a sua situação na formação de

sua família e, desta forma, procria o ciclo que a exclui (do acesso ao rendimento, aos serviços públicos). Não obstante, ao ser compelida para a não-integração, a criança pobre provavelmente se integrará à delinquência, corroborando o sistema de exclusão. Ainda de acordo com a mesma autora, a inclusão educativa viria a reduzir as discriminações e preconceitos associados às diferenças sociais de gênero, étnicas, culturais, dos incapacitados, divergências que devem se transformar em origens da exclusão. Neste contexto, a escola pode garantir a conquista de um grupo de habilidades básicas relacionada com todos os alunos, que ajude a crescer o capital social ou cultural dos cidadãos e da população em geral.

A cidadania está interligada ao ingresso aos bens culturais, intelectuais e materiais. Como apresenta Peregrino, Penna, Coutinho e Marinho (1995, p.24) “*a ‘igualdade de oportunidades’ requer uma contínua eliminação das desigualdades socialmente estruturadas, rumo a relações menos discriminatórias*”. Num universo onde se trata com desigualdades, como a árdua permanência dos indivíduos nas salas de aulas e a conclusão dos estudos, citando caso análogo, os dados relacionados à realidade de educação mundial apresentados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) valendo-se de um artigo de Mittler (2003) à Revista Pátio (nº 20) onde diz que: 150 milhões de crianças saem da escola sem nem terem aprendido a ler ou escrever; 125 milhões de crianças em todo o mundo não frequentam a escola, ocorre que as raparigas representam dois terços desse grupo; somente cerca de 1% dos deficientes físicos frequentam algum tipo de escola na maioria dos países em desenvolvimento. Pelo exposto, Penna, Coutinho e Marinho (1995, p.35) considera que negar ao cidadão o acesso à cultura é “*cassar-lhe o direito de usar um código mais rico e mais bem estruturado*”. É uma maneira de bloquear o acesso ao conhecimento para uns poucos, sendo que o uso desse código é o requisito básico para que a pessoa possa agir e ter uma atuação mais extensa na sociedade. Os mesmos autores acreditam que a música enquanto arte e produção cultural, passa a ser património da humanidade e um direito de todos. Assim, segundo Peregrino, Penna, Coutinho e Marinho (1995, p.24) “*democratizar o acesso aos bens coletiva e socialmente produzidos é primordial na construção da cidadania plena*”. Não obstante, esses mesmos autores dizem que possuir acesso não exprime absolutamente levar à compreensão integral do que se acede, condição fundamental para que a pessoa se sinta completamente incluída em qualquer grupo social. Isto posto, importar referir que a inclusão social através da música é percebida como uma maneira relevante de levar ao desenvolvimento

da cidadania porque a pessoa passando a entender a linguagem musical estará capacitada a apreciar e a interagir musicalmente e socialmente.

Sobre a questão da cidadania, importa referir que, na visão de Santos (1997), ela é formada por variados modelos de direitos e instituições. De igual modo, é objeto de histórias sociais diversas, interpretado por variados grupos sociais. Os direitos cívicos correlacionam-se ao momento inicial do desenvolvimento da cidadania. Assim, são os mais globalizados no que se refere a base social que buscam e estão sustentados nas organizações do direito moderno e do sistema judicial que o opera. Os direitos políticos apresentam-se mais morosos e de generalização mais complexa e entendem-se institucionalmente nos parlamentos, nos sistemas eleitorais e nos sistemas políticos como um todo. Por fim, ainda de acordo com o autor, os direitos sociais apenas se manifestam na nossa época e, de maneira efetiva, após da Segunda Guerra Mundial e seu parâmetro social são as classes trabalhadoras e são postos através de diversas instituições que, no geral, formam o Estado-Providência. Portanto, para Marshall (1967), pode-se deduzir que a cidadania constitui um conceito socialmente construído e que se expande de forma lenta, de tal modo que ao conjunto criado pelos seus três primeiros grandes subconjuntos (o civil, o político e o social), é possível conferir o tempo de vida de cada um em séculos totalmente divergentes. Em resumo, o conceito de que os direitos sociais reconhecidos no século XX, não intencionaram o surgimento de novos direitos, mas sim a distribuição de antigos direitos a novas áreas da população. Assim, a cidadania em seu âmago, confunde-se com a constituição da cidade, como área organizadora da vida humana, em setores relacionados muito próximos. A pública que abarca tudo que é cotidiano a todas as pessoas e, o setor privado que se dedica ao que é particular. A constituição da vida pública é que possibilita aparecer a inevitabilidade de regulamentação de princípios hábeis de globalizar a possibilidade da convivência humana.

Para Cortina (1997), o conceito de cidadania plena integra um status legal, ou seja, um conjunto de direitos, um status moral, nesse caso, um aglomerado de responsabilidades e de igual modo uma identidade, para que assim uma pessoa conheça e sinta-se fazer parte de uma sociedade. Laborioso é inserir essa cidadania plena em círculos humanos com imensas desigualdades materiais. É por conta disso que a ideia de cidadania social intencionou pelo menos prover a todos cidadãos um mínimo de bens materiais, que não são deixados para o jogo de mercado, e da cidadania econômica, participantes ativos de bens sociais.

Para Brito (2010), educar musicalmente implica uma formação de público, crítica, um aumento positivo do repertório global do aluno, criação espaços para reflexões, inclusive sobre o comportamento social, do interesse sobre a história, visto que a música e as diversas linguagens da expressão fazem parte deste contexto humano onde ocorrem as inúmeras mudanças da dinâmica cultural. Cria-se então ideia de empatia e de atenção por parte do educador, enxergando a música como um farol, um ato de relação do ser humano com tudo que o cerca. Nesse sentido, a música mostra a incorporação ser humano/ambiente/cultura. Trata-se de um ato que se desenvolve pelo realce no sentido da audição, pela transformação na maneira de se envolver com a sonoridade, com o universo de sons e silêncios, levando para a seara da experiência estética. Para o autor, deve existir uma atenção especial para a inevitabilidade de concepção de um método de ensino personalizado, cativante, criativo, que respeite o aluno, ou seja, oferecendo uma enorme relevância ao fato de que professores devem aprender a apreender do aluno, no que se refere ao o que ensinar musicalmente. Esta formação personalizada, atualmente dá-se o nome de pessoal, através de um ensino que foca sobretudo a pessoa, suas características físicas, sociais, culturais e sua história como cidadão e como ser social. É nesse sentido que se fala aqui em inclusão, quer seja ela educacional, social, étnica, tecnológica, econômica, ou de qualquer outra ordem.

Para Drogomirecki (2010), a inclusão não se trata de um procedimento já concluído nas sociedades. Representa uma ideia que atravessa a parcialidade social, amplificando-se e deparando-se com inúmeras resistências e, por diversos setores da sociedade e pessoas. É nesse sentido que Pavlova (2006, p.21) corrobora a ideia ao comentar que *“desde meados dos anos 1990, o ensino de música em comunidades de baixa renda tem sido uma arma contra o aumento da violência e, sobretudo, um instrumento eficaz para o despertar da cidadania. Hoje são dezenas e mais dezenas de projetos de norte a sul do território, alguns mais profissionalizantes, outros menos, mas todos comprovando na prática que a arte é uma ferramenta única na descoberta de novas perspectivas para os jovens”*.

Por todo exposto, cabe-nos concluir que essa missão depende de uma visão integradora e não excludente. E que também, mais importante nessa conjuntura não é só o que limita o ser humano, mas o que é viável implementar para fortificá-lo, para além de suas delimitações, ou seja, como fazer música, criar, ter insights, formar um ambiente acolhedor, mas de maneira que não se pronuncie o termo inclusão. Mesmo porque quando

usada esta expressão, já deixa em evidência as pessoas que estão fora do padrão geral. Acreditamos que a inclusão é feita através do acolhimento, e que de igual modo será necessário o entendimento da vida prática para que se firme o direito à voz e ao sentimento de “também fazer parte”. Para além de defender a busca de profissionais com conhecimento musical para trabalhar nas escolas, tem que se conceber a ideia do acompanhamento de educadores com conhecimento pedagógico-musical e engajamento no tocante à questão da inclusão. Entendemos que para o desenvolvimento educacional e para as crianças, envolver-se em atividades que os permita sentirem-se como indivíduos criativos, com conhecimentos culturais relevantes, com musicalidade e dotes artísticos, já é, sem dúvida alguma, uma vivência inclusiva, ainda que com as divergências biológicas, culturais e sociais presentes.

2.2 Responsabilidade Social

Nesta etapa de trabalho abordaremos sobre a suma importância da responsabilidade social em virtude do impacto que tem na sociedade em geral e nas comunidades mais necessitadas em particular. Assim, acreditamos que a responsabilidade social acontece no momento em as empresas decidem, de forma espontânea, colaborar para uma sociedade melhor e mais justa. De modo que, esta definição de responsabilidade social pode ser também percebida em dois graus: (i) interno tem relação direta com os trabalhadores e a divisões atingidas pela empresa e que, podem intervir na geração de seus resultados. (ii) externo relaciona-se com as consequências das atividades de uma empresa sobre o meio ambiente, por exemplo. Seus parceiros de negócio e o meio em que estão atuando. Assim, cabe mencionar que a responsabilidade social traz a noção de que uma empresa não tem somente o foco da lucratividade e que, além de trazer benefício financeiro às pessoas que trabalham na empresa, também deve colaborar socialmente para o seu meio. Por tudo isso, a responsabilidade social em sua maior parte envolve medidas que geram cultura e condições positivas para a sociedade.

A responsabilidade social e a prestação de serviços sempre foram parte integrante do universo acadêmico, visto que, enquanto atividade de extensão, constitui uma valiosa ferramenta de aprendizado. Contudo, há alguns anos, vem abrindo espaço como missão universitária, Scott (2006) em um cenário mostra indícios do compromisso social das

empresas, mas não estabelece de forma clara a essência da relação que estas pretendem constituir com a sociedade. É possível diferenciar atividades de intervenção social, filantropias, assistencialistas e inclusive de marketing social. Uma irregularidade teórica entre responsabilidade social e as ações sociais das escolas e universidades.

Para Scott (2006) uma universidade ou escola classificada socialmente responsável carrega para a academia os problemas da sociedade e desenvolve uma atmosfera que motiva a geração de lideranças, que sugere soluções, intervenções, discussões e tecnologias que auxiliam para que a sociedade consiga passar por cima dessas dificuldades. Não é, por conta disso, responsável pela sociedade e nem tampouco retira sua autonomia. Nesse caso, está somente a auxiliar no seu caminhar em direção a uma maturidade responsável. Tal distanciamento entre academia e sociedade, que em um primeiro momento poderia segregá-la como um sistema social, em contrapartida, é a razão pela qual se sustenta até hoje. Ainda de acordo com o mesmo autor, mais do que um limiar, a distância ajuda a conservar íntegro o ethos onde o conhecimento é concebido, debatido e difundido no seu âmago, revertido para si e para o mundo, cessando as deturpações que forçosamente acontecem quando interpretado apenas à luz de uma realidade.

Segundo Bolan (2007) debater-se o intuito primordial da educação superior precisa ou não ser a formação de profissionais com sólida formação ética e cidadã não mais se sustenta, visto que se cuida de uma busca social mundial e integra os requisitos quanto às diretrizes curriculares da grande parte dos cursos. Debate-se com propriedade sobre até onde a cidadania e ética devem ser disciplinadas nas universidades. E de que forma estruturar os temas e as ações curriculares para conceber um profissional socialmente responsável. Para o autor, esta área luta ainda com a massificação do ensino, o crescimento da concorrência por alunos, o medo da educação como commodity e a assombrosa velocidade da desatualização do conhecimento e das tecnologias. Diante deste cenário, a sobrecarregada academia é revista mundialmente e muitos padrões organizacionais começam a ser criados, com uma evidente inclinação à acercamento com o mercado, com a concessão de estruturas e com a fixação de processos internos e externos de avaliação da qualidade.

Para Bolan (2007) essa ascensão do ensino socialmente responsável envolveria a criação de cidadãos qualificados para a entrada no mercado profissional e de mesmo

modo a formação de pessoas críticas, moralmente competentes, aptos a tomada de decisões diante a temas éticos, não somente considerando uma interpretação deontológica, mas igualmente seus meios pragmáticos, morais e sociológicos. A auto-sustentabilidade, para além de um tópico curricular, incluiria o cerne sobre o qual as instituições aumentariam atividades que motivem o engajamento dos alunos com a preservação da vida como um todo. Ainda de acordo com o mesmo autor, integra sua aptidão para ir mais a frente do reconhecimento de problemas ambientais no sentido amplo da palavra. Integra a criação de cidadãos habilitados a, se os problemas não forem resolvidos, influenciá-los na resolução. O desenvolvimento humano, importantíssimo para o triunfo da justiça e da inclusão social, desistiria de ser um assunto ignorado em determinadas matérias, geralmente nos anos iniciais dos variados cursos, e viria a se tornar disciplina transversal das matrizes curriculares. Pois, numa organização socialmente responsável, tal educação não se revela somente no currículo camuflado, mas sim à formação profissional. E para isso, consentiria exame e supervisão do progresso dessa competência.

2.3 Conclusão

No decorrer desse capítulo, constatou-se que são diversas as ideia e intervenções direcionadas à inclusão, independente de sua natureza social, raça e etnia. A música, de acordo com diversos autores, é acolhida como uma variável de inclusão social, o que vai ao encontro das preocupações da economia social e que, esta, por sua vez, é detentora uma grande capacidade de lidar com novos desafios sociais. Após a análise das ideias expostas, fica nos claro que educar musicalmente é um grande benefício para a sociedade, pois gera uma formação de público e crítica, além de um aumento positivo do repertório universal do aluno, gera espaços para reflexões, inclusive sobre o comportamento social, além de criar um interesse sobre a história. Questões como cidadania, cultura, responsabilidade social são pontos fundamentais para que haja um equilíbrio na sociedade e para que, conseqüentemente, o mundo seja um lugar melhor para todos nós.

CAPÍTULO III

Aprendizagem-serviço (SL)

3. Aprendizagem-Serviço

3.1 Introdução

O Service-Learning (SL) é uma metodologia de ensino aprendizagem. Aqui, neste trabalho, não vamos desenvolver tal metodologia. Apenas a iremos referir como um processo interessante para a aprendizagem do aluno, para o motivar para o seu sucesso. Neste sentido, abrimos as portas à introdução do SL no ensino da música, porque tal processo é visto, não apenas pelo que o aluno aprendeu, mas também pelo seu alcance social. Contudo, neste trabalho apenas iremos evidenciar a música como instrumento de melhoria e para o processo de ensino aprendizagem.

3.2 Noções e desenvolvimento

Para Puig, Gijón, Martín e Rubio (2011), aprendizagem-serviço refere-se a uma proposta educativa que mistura em apenas uma atividade a aprendizagem de assuntos, competências e valores com a execução de atividades de serviço em prol da comunidade. Uma proposta na qual os integrantes se instituem ao confrontarem necessidades reais do seu contexto.

Aprendizagem e serviço estão relacionadas por uma relação circular em que as duas partes se beneficiam: em resumo, a aprendizagem conquista sentido cívico e o serviço se transforma em uma oficina de valores e saberes (Sánchez e Rovi, 2015). A inovação acontece dessa maneira, ao se apresentar como uma metodologia de aprendizagem nos opostos de uma educação que procura somente o sucesso exclusivo, e que percebe a formação apenas como preparação para enfrentar no mercado de trabalho. Nesse sentido, a aprendizagem-serviço é um método para unir êxito escolar e compromisso social.

Para Veghazi (2015) é possível deduzir a aprendizagem-serviço como uma ferramenta feita para conduzir e/ou incentivar a avidez de participação dos jovens e os seus interesses, de maneira que as aprendizagens recebidas sejam transformadoras em termos sociais. Para além disso, atua como um ponto distintivo com respeito ao voluntariado clássico, a aprendizagem-serviço mostra implicitamente uma mudança de

olhar no que se refere aos coletivos com os que estão trabalhando, como numa busca para estabelecer uma relação de comunicação simétrica com o “outro”, e não uma relação de assistência. Desta forma, ainda de acordo com o mesmo autor, deve haver uma intervenção a partir do nosso conhecimento e, assim podemos nos aproximar com uma tarefa específica, não nos aproximamos ao carente “para deixá-lo feliz”. O voluntário é um indivíduo que se aproxima de uma realidade que não é como a sua.

Para Carbonell (2016) trata-se de uma filosofia e proposta educativa em progressiva expansão, onde se promovem métodos de aprendizagem e de serviço com a comunidade em um único projeto, nos quais os estudantes do ensino fundamental, médio e superior e demais níveis educativos e sociais aprendem concomitante ao tempo que trabalham focados nas efetivas necessidades de seu meio, em cooperação com instituições sociais, com o propósito de aperfeiçoar. Ainda de acordo com o autor, a aprendizagem refina o serviço oferecido à comunidade e, como consequência disso, aquilo que se aprende acaba por ser trazido para a vida real na forma de ação. Este é um dos seus principais méritos: corroborar que o que se estuda tem uma aplicabilidade na vida diária.

Segundo Carbonell (2016) a aprendizagem- serviço apoia-se em dois alicerces: a educação em valores, a começar de acontecimentos problemáticos, encarando desafios desde a experiência direta através dos instrumentos oferecidos pela inteligência moral; e a educação para a cidadania, alicerçada na participação ativa, responsável, cooperativa e solidária, com o intuito de apoiar na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Para o autor, esse argumento metodológico define-se em múltiplas formas. Um programa educativo com capacidade social; um método para a educação formal e não formal, como viés flexível, mas que disponha-se dos próprios espaços e tempos; uma ocupação para se aprender a colaborar reciprocamente; Numa obtenção de conhecimentos e capacitações para a vida; um mecanismo pedagógico mais ativa e reflexivo; um plano para conseguir avançar no rumo da justiça social; um trabalho em rede em que afluem as instituições educativas e as instituições sociais que intercedem na realidade; finalmente, uma das práticas mais representativas da cidade educadora, visto que ajuda a reforçar as políticas de coesão social e de fortalecimento da comunidade e de sua rede de associações. A proposta seguiria este encadeamento: Aprendizagem + trabalho + projeto + participação + reflexão.

Segundo Carbonell (2016), existem diversas iniciativas e experiências despontadas em institutos e universidades espanholas, tais como os *bachilleres* que dispõem-se para ensinar pessoas adultas que nunca tiveram acesso a um computador; estudantes pretendentes a auxiliar de enfermagem que palestram à mulheres imigrantes que cuidam de idosos; conglomerado de adolescentes que se instruem para serem dinamizadores de atividades recreativas e para oferecer aos jovens do povoado um programa alternativo para as noites de fim de semana. Há também empreendimentos que visam recuperar a memória histórica, através do registro de testemunhos orais sobre a ditadura franquista; impulsionar as esferas de trabalho para refazer fontes e caminhos e para a preservação do património natural: ainda, restabelecer terras em zonas danificadas da cidade; campanhas para o banco de alimentos; lutar contra a mudança climática, dentre outros. Desta forma, de acordo com Bringle e Hatcher (1995), podemos afirmar que o serviço de aprendizagem trata-se de uma experiência educacional a focar-se numa atividade curricular por entre a qual estudantes adquirem crédito académico e convivem numa incumbência de serviço organizada que é fundada nas necessidades concretas da comunidade e por meio da qual os membros da comunidade se beneficiam da experiência.

Segundo Francisco e Moliner (2010), ainda que existam diferentes definições de aprendizado-serviço, a maioria delas contém componentes semelhantes: (i) aprendizado efetivo e qualidade de conteúdo conceitual, procedimentos e atitudes relacionados ao currículo; e (ii) o serviço e trabalho comunitário que leva à transformação da comunidade. Ainda de acordo com o mesmo autor, as primeiras experiências de aprendizado de serviço têm raízes nos Estados Unidos. Já na América Latina, os valores subjacentes do serviço de aprendizagem são tão antigos quanto a comunidade original de nativos. Aconteceram importantes movimentos universitários que vislumbraram a necessidade de empenho entre academia e sociedade.

Para Fernández, Delpiano e Ferari (2006), no Chile, a metodologia de aprendizagem-serviço teve início a partir da aplicabilidade de diversas universidades para avançar projetos como parte da responsabilidade social universitária, como o projeto "University Builds Country" em 2001, no qual a meta era de aumentar o conceito e a prática de responsabilidade no sistema universitário chileno. Assim, o crescimento e implementação de serviços de aprendizagem são marcados por cinco fases identificado por Tapia (2010). A primeira trata das esporádicas formas de curto prazo de voluntariado,

tais como assistência ofertada no decorrer de situações de desastre. A segunda fase refere-se à organização de grupos voluntários que realizam serviços em contextos de médio prazo. A terceira fase é a geração de atividades voluntárias organizadas institucionalmente, ou seja, as unidades de instituições que respaldam e facilitam os processos necessários para o cumprimento dessas atividades. O quarto relaciona-se com a interpelação das atividades de aprendizagem-serviço na área acadêmica e educativa. Finalmente, a quinta fase refere-se a programas intensivos de serviço comunitário, obrigatório ou voluntário, que ocorrem durante vários meses. Ainda de acordo com a mesma autora, no que se refere ao ensino superior, a aprendizagem-serviço tem relação com uma forma pedagógica característica de intervenção, marcada pela liderança de jovens e pela transferência de bens, serviços das instituições educacionais à comunidade através da participação ativa de atores comunitários.

Para Puig, Gijón, Martín e Rubio (2011) quando falamos em aprendizagem-serviço, não se trata apenas de estar visando realizar o bem-estar ou caridade; ao contrário disto, o serviço engloba fornecer aos membros conhecimento ou instrumentos que lhes capacitem gerenciar suas ações diárias. A aprendizagem-serviço ajuda na formação de habilidades genéricas, misturando elementos que envolvem a construção de contato com o meio ambiente, aprendizagem significativa, reflexão intencional a respeito da prática e altos padrões de participação estudantil

Para Tapia (2010) as repercussões do aprendizado de serviços têm sido estudadas por diversos pontos de vista, tais como a educação, aprendizagem, realização do aluno e preparação para o mercado de trabalho, entre outras. Tratando-se de habilidades genéricas, os impactos da aprendizagem serviços têm sido relacionados com a formação dos estudantes, desenvolvimento de atitudes pró-sociais, bem como formação para a cidadania. A fim de garantir o desenvolvimento da cidadania dos alunos, o que envolve a formação de indivíduos que contribuem para o bem comum e participam ativamente nos assuntos da comunidade, faz-se necessário agregar atividades de intervenções educativas através das quais a procura de um bem comum satisfaça uma necessidade da comunidade.

De acordo com Puig, Gijón, Martín e Rubio (2011) os alunos desenvolvem o compromisso cívico por meio da aprendizagem-serviço quando certas condições, como infra-estrutura, apoio relacional, contato direto com os parceiros da comunidade e autonomia são fornecidos. Assim, para Fernández, Delpiano e Ferrari (2006), diversas

universidades que estão no desenvolvimento de projetos oferecendo programas de responsabilidade social. Têm dado incentivo a essa incorporação curricular da aprendizagem-serviço, com a total intenção de elevar o desenvolvimento da competência de responsabilidade social do estudante. Diante do exposto, a aprendizagem-serviço não é uma metodologia nova, tampouco uma moda passageira como tantas outras que vão surgindo no mundo da educação. Para além disso, não entra em contradição com o fato de que se trate de uma proposta inovadora que pode dar resposta a algumas das necessidades de aprendizagem dos jovens no presente e no futuro.

Para Bringle e Hatcher (2002), em sua forma tradicional, a aprendizagem-serviço é destacado principalmente na aprendizagem do aluno como um processo pedagógico através do qual os alunos se envolvem num serviço comunitário importante para melhorar sua experiência de aprendizagem. Desta forma, com base no trabalho de Dewey (1938), o qual organizou uma pedagogia educacional enraizada na experiência, a aprendizagem de serviço converteu-se no mais notável mecanismo para posicionar os alunos em uma função mais ativa e comprometida do que o de um aprendiz passivo em sala de aula.

Para Godfrey e Grasso (2000), os defensores da aprendizagem-serviços propõem várias maneiras pelas quais os alunos podem ser impactados pela experiência. A Associação para o Ensino Superior afirma que o aprendizado de serviço aumenta as habilidades de cidadania ao permitir que conceitos de bem privado e bem público sejam integrados ao aprendizado.

Segundo Easterling e Rudell (1997), a aprendizagem-serviços é provedor do altruísmo e do serviço comunitário entre estudantes, contrariando o isolamento da aprendizagem do mundo real e facilitando a solução de problemas sociais. Um benefício adicional, em muitos casos, é que os alunos desenvolvem a competência cultural e a capacidade de interagir com vários grupos étnicos e culturais.

Para Boyle (2007) ainda que exista uma crença generalizada nos múltiplos benefícios da aprendizagem-serviço para os estudantes, há evidências limitadas para demonstrar sua eficácia. Algumas evidências mostram que o aprendizado de serviço tem efeitos positivos modestos no desenvolvimento psicológico, social e cognitivo dos alunos. De acordo com Bernacki e Jaeger (2008), os alunos que participaram de cursos de serviço-aprendizagem relataram tornarem-se mais compassivos, com uma maior compreensão e capacidade de resolver problemas sociais e uma maior eficácia para tornar o mundo

melhor do que os estudantes que não participaram da aprendizagem de serviço. Isso é consistente com as mudanças encontradas por Moely, McFarland, Miron, Mercer e Illustre (2002) nas atitudes dos alunos, onde os envolvidos na aprendizagem de serviço mostraram mudanças esperadas nas atitudes cívicas, habilidades para o envolvimento da comunidade e planos projetados para serem envolvidos futuras atividades cívicas. Não obstante à falta de resultados definidos e evidência de impacto sobre os alunos, uma crítica mais fundamental na literatura é que a aprendizagem-serviço pode realmente funcionar com objetivos opostos às suas aspirações benéficas. Ou seja, quando concebida simplesmente como um trabalho de caridade, a aprendizagem de serviço pode reforçar os estereótipos e o paternalismo entre os estudantes. De acordo com o mesmo autor muitas aplicações da aprendizagem-serviço fazem pouco para questionar o papel dos alunos como provedores de recursos e membros da comunidade como dependentes de sua assistência.

3.3 A música como ferramenta na Aprendizagem-Serviço

Neste item desenvolveremos umas reflexões acerca da música com o ser humano e após, menciona-se algumas outras questões referentes aos acessos e oportunidades de participação em ações voltadas à realização do ser humano como cidadão através da música, de acordo com os direitos designados aos indivíduos.

O princípio das inteligências múltiplas propõe haver um agrupamento de habilidades, chamadas de inteligências, e que cada pessoa as tem em níveis e combinações distintas. Para Gardner (1995) a inteligência subentende na habilidade de solucionar problemas ou criar produtos que são importantes num específico ambiente ou comunidade. São estas sete: inteligência musical, corporal-cinestésica, lógico-matemática, linguística, espacial, interpessoal e intrapessoal. A inteligência musical é marcada pela capacidade para reconhecer sons e ritmos, satisfação em cantar ou tocar um instrumento musical.

Para Loureiro (2001) a vida do homem sempre esteve relacionada com a música, desde a mais remota antiguidade, em todas as culturas e povoações, propagando uma sensação às pessoas e movimentando com o mais íntimo de seus sentimentos, seja o da alegria ou da tristeza. No decorrer da história, a música vem desenvolvendo um importante papel no desempenho do da humanidade, tanto no sentido religioso, como

também no moral e no social, ajudando para a conquista de hábitos e valores indispensáveis ao exercício de cidadania.

O assunto da música relacionada ao aspeto do trabalho é referenciado por Schwartzman (2000, p.109) *“A música é universalmente conhecida como a coletivizadora-mor entre as artes. [...] dentre as artes, ela é a única que se imiscui no trabalho. Em todas as partes do mundo canta-se durante o trabalho, canções de remar, de colheita, de fiar, etc., etc. É também a música que entra nos trabalhos militares da guerra. Pelo menos até este se tornar mecânico. Os hinários de religião, política, de civismo”*.

Para Queiroz (2000) a música quando composta pelos homens, reflete assim, a cultura de uma nação e suas riquezas. Os acontecimentos de uma época, de um determinado lugar, são em geral articulados através da evolução estético de letras musicais, sendo capaz inclusive de utilizar-se desta para a denúncia e crítica social. É cabível afirmar, no entanto, que as letras musicais assentam como poderoso material para a compreensão do real. De facto, seria inimaginável a humanidade, ou mesmo alguma civilização, sem a presença dela. Pensemos um filme ou uma comemoração sem música, no instante em que se retira de um filme de terror aquele som característico, ele já passa a não dar sensação de medo, ou num filme de drama a percepção de tristeza também não será mais mesma. A música abraça o ambiente e a pessoa por inteiro, entrelaça-se com a sensibilidade humana e leva-nos para que possamos nos envolver com ela.

Atualmente deparamo-nos com um problema relacionado à significativa importância prestada em determinadas áreas da educação, sobretudo à Matemática, ao Português e ao Estudo do Meio, disciplinas preferidas pelos professores e pelos responsáveis de educação. Por outro lado, relativamente ao âmbito das Artes, na Educação Básica as Expressões Artísticas, estas são abordadas como categorias de conhecimento menos relevantes na educação dos seus discentes. Nesse sentido, importar mencionar que se um estudante que detém um certo desejo para as artes, especificamente para a pintura, a música, o teatro, o cinema e assim por diante, terá este estudante que seguir para outros percursos que não sejam aqueles que de fato mais almeja, somente porque os responsáveis ou os docentes julgam esta sua área favorita, menos importante? Esta indagação permiti-nos refletir a respeito da relevância destas áreas, tão pouco executada pelos educadores atualmente, serem corroboradas na educação básica. Eis a

oportunidade de se cogitar uma interdisciplinaridade nas instituições de ensino, como uma maneira de proporcionar as relações no meio as diversas disciplinas existentes, viabilizando que cada discente molde o seu conhecimento em respeito ao que é conjunto e ao que é pessoal.

Especificamente a música, esta arte deve ser vista como uma criação social e humana que relaciona de muitas maneiras não apenas com a concepção das identidades, individuais e coletivas, mas também com diversos ramos do saber e do conhecimento artístico, humanístico, científico e tecnológico. O progresso da atividade artístico-educativo consegue ser, de um lado, um recinto agregador de diversas competências e aptidões e, de outro, aflora a curiosidade e o conhecimento em relação aos modos como as outras disciplinas se utilizam, manipulam e inventam ideias e conceitos.

Delimitar a música não é um trabalho simples porque a despeito de ser obviamente conhecida por qualquer humano, é penoso esbarrar um conceito que abrange todos os conteúdos dessa prática. Para além de qualquer outra expressão humana, a música detém e manuseia o som e, concomitantemente, alinha-o no tempo.

A música pode, de igual modo, ser estabelecida como um tipo de expressão que tem a voz como meio de comunicação, instrumentos musicais e outros elementos, com a finalidade de transmitir algo a um indivíduo. Podemos afirmar, então, que a música reside numa combinação de sons e de silêncios, através de sequências paralelas, até mesmo em sequências sucessivas e simultâneas que se desdobram no decorrer do tempo. Encontra-se entre as iniciais experiências sociais da vida de uma criança, desde a vida dentro da barriga da mãe até às vivências musicais em família e em contato com a rádio e a televisão, com práticas religiosas, com o currículo escolar e com os jogos e atividades recreativas.

A música é uma arte com características muito peculiares. As manifestações a que denominamos música não são uma das maneiras de expressão simbólica que o professor deverá presenciar nos alunos no momento do seu encadeamento de ensino aprendizagem. Por todo o exposto, o docente deverá ter claro ao menos quatro linhas de pensamento musical, começando pela importância que a música poderá ter não só para si mas também para quem a ouve, precisará levar em consideração a dinâmica, a maneira como efetua a sua metodologia de ensino aprendizagem, deverá deter uma índole expressiva na maneira como passa o conhecimento ao estudante, desenvolver, possuir uma sensibilidade sonora

diante dos instrumentos musicais a medida que se construa um discurso musical entre discente e docente. Corroborando desse pensamento, Edwin Gordon (2000, p.8) acredita que *“A verdadeira apreciação musical exige compreensão. Aprender música é ser guiado de forma a conseguir dar significado àquilo que se ouve.”*

Para Bréscia (2003) a musicalização é um encadeamento da inteligência, que visa estimular e expandir o gosto musical, beneficiando o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, da empatia ao próximo, da socialização e afetividade, bem como ajudando numa espécie de consciência corporal e de movimentação. Também Hargraves (1995, pp. 27-28) diz-nos que *“O que queremos para as nossas crianças, devemos também querer para os nossos professores. Que a escola seja um local de aprendizagem para ambos, e que esta aprendizagem seja impregnada de alegria, envolvimento, paixão, desafio, criatividade e satisfação.”* Assim, as atividades empregadas têm de serem baseadas numa aprendizagem orientada dando prioridade as estratégias que ofereçam o conhecimento evolutivo entre professor e aluno, onde *“O professor, (...) tem o dever de utilizar a metodologia que melhor serve os objetivos da sua disciplina na perspectiva de não criar constrangimentos à aprendizagem e progressão do aluno. É em função do aluno e não de qualquer outro interesse, pessoal ou externo, que o professor deve orientar todo o seu trabalho.”* (Santos, 2007, p. 43).

Partimos para a realização deste estudo acreditando que a música oferece benefícios enquanto plano do currículo que impulsiona diversas aprendizagens. Todavia, porque *“...no altura de “entrada para escola”, a inevitabilidade de adaptação das tarefas escolares à criança, e que resultam de um currículo voltado para aprendizagens escolares mencionadas como essenciais - aprender a ler, a contar e a escrever; a juntar às limitações de formação dos professores e das condições físicas e materiais existentes nas escolas; faz com que por vezes haja um abandono das áreas de carácter expressivo.”* (Condessa, 2006, p.79). Desta forma, tencionamos executar uma análise a respeito das potencialidades expressivas e de integração de conteúdos da música na metodologia de serviço-aprendizagem.

Podemos dissertar que a aprendizagem de um princípio profissional, equivale não só no aprender a agir e reagir em situações concretas, portando, como fator base os valores, mas consiste também em aprender no campo dos valores morais, o que é a

verdade, a ciência das capacidades teóricas e práticas de cada pessoa. De acordo com Perrenoud (2002, p.12), para “*serem profissionais de forma integral, os professores teriam de construir e atualizar as competências necessárias para o exercício, pessoal e coletivo da autonomia e da responsabilidade*”. Para Medeiros (2008, p.71), há que provocar “*mudanças nas suas atitudes e comportamentos em prol do seu desempenho, em busca igualmente de uma melhor qualidade de ensino*”. Para isso, cabe realizar uma observação, para fazer a diferenciação entre o correto e o incorreto, do elaborar suposições e do deliberar, como por exemplo no que tange a exame de documentos (planificações), opiniões (sugestões da prática educativa, estratégias de ensino-aprendizagem), e debate de questões complexas (avaliação dos alunos) ou de situações concretas (desentendimentos entre alunos, pais ou professores) que possam existir. Para além disso, e conforme o artigo n.º 2, no ponto n.º 5, da Lei de Bases do Sistema Educativo apela-nos para uma educação em que se promova o “*desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva*”.

Atualmente, o professor parece limitar-se à reflexão sobre as aprendizagens dos alunos, avaliando aquilo que eles são capazes ou não de fazer e, por vezes, suprime-se observar e classificar a pessoa que inspira aos alunos. De acordo com Serpa (2010, p.15) “*Um dos atuais desafios da avaliação escolar consiste em encontrar modos de intervenção que facilitem a aplicação de práticas de avaliação devidamente estruturadas e esclarecedoras da aprendizagem e sua articulação com tarefas próprias da classificação.*” Ainda de acordo com a autora citada, “*(...) a aprendizagem não depende apenas da simplicidade com que o professor apresenta a informação. Depende também de outros fatores, entre eles as percepções e expectativas do aluno em relação à sua aprendizagem, o sentido que dá à tarefa, a sua atenção, a forma como usa o tempo, a sua habilidade para ler as expectativas dos professores e a reflexão que faz de todo esse processo.*” (Ibid., p.113). Desta forma, cabe ressaltar que, o professor terá que aprender a relacionar-se como pessoa e a refletir a respeito da pessoa que é, age, transmite e interage com os demais, para que dessa forma possa ensinar, aprender e avaliar os que estão à sua volta, neste caso os seus alunos. Nesse sentido, ao introduzir a música, estaremos a refletir sobre a interdisciplinaridade, ou seja, a romper com os princípios de ensino clássicos, a

projetar o ensino para a transformação nas nossas escolas, renovando novos saberes, não só através dos educadores/professores, como também para com os alunos na sala de aula. Ao abordar a interdisciplinaridade, intima-se que se façam executar novas abordagens de ensino na educação, especialmente no que diz respeito à formação dos professores. Visto que, “(...) *o significado da palavra interdisciplinaridade é o objeto de significativas flutuações: da simples cooperação de disciplinas ao seu intercâmbio mútuo e integração recíproca ou, ainda, a uma integração capaz de romper a estrutura de cada disciplina e alcançar uma axiomática comum.*” (Pombo, Guimarães e Levy, 1994, p.10).

Atualmente, nas escolas esbarramo-nos com um ensino ainda demasiado clássico, no qual o professor, enquanto profissional de educação se limita a expor matéria, colocar matérias aos estudantes, ordenando com que estes aprendam o que está contido nos programas, a respeito das suas aprendizagens, e que as incorporaram de maneira a transformarem-se cidadãos ativos, participativos e conscientes daquilo que estão a estudar para que, desta forma, se tornem pessoas, indivíduos de educação para a vida e em sociedade em que vivem.

A interdisciplinaridade terá de ser percebida como o método para arranjar os conteúdos das diversas áreas de assuntos e domínios com o objetivo de os agregar num meio flexível de aprendizagem que possa ir de encontro aos objetivos educativos e que faça sentido para o jovem. Para Pombo, Guimarães e Levy (1994, p.16), “(...) *a interdisciplinaridade apresenta-se como prática de ensino que promove o cruzamento dos saberes disciplinares, que suscita o estabelecimento de pontes e articulações entre domínios aparentemente afastados, a confluência de perspetivas diversificadas para o estudo de problemas concretos, a exploração heurística de transposições conceptuais e metodológicas enfim, que possibilita alguma economia de esforços a até mesmo uma melhor «gestão de recursos», por exemplo, no que diz respeito ao controlo de repetições fastidiosas, à análise de dados, à utilização de instrumentos ou à recolha de informação proveniente de diversas disciplinas.*” Em função disso, e avançando neste tipo de pensamento, o professor terá que variar a sua maneira de ensinar, valer-se de novas técnicas, novos procedimentos, novos recursos, transformar o ensino menos tedioso e enfadonho para os alunos, mas sim atraente, tentador, de maneira que o estudante aprenda, descobrindo, interagindo não apenas como novos materiais, mas também incluindo sua competências, partilhando-os e discutindo-os com os colegas e com o professor de maneira agradável e comunicativa. Não obstante, temos que ter consciência que as

crianças atualmente vivem frequentemente em convívio com as modernas tecnologias, que dentro de suas casas aprendem o que querem e o que não querem por acesso ao computador, diversas crianças sem o acompanhamento apropriado dos responsáveis na ocasião do seu processo de aprendizagem, por conta da velocidade às imposições profissionais, inclusive da sua vida, que estes levam para sobreviver aos dias que percorrem. Pelo exposto, convém motivar as nossas crianças para as aprendizagens, pois *“É a partir do conhecimento da criança que nós, os adultos, nomeadamente os pais, professores e educadores, podemos e devemos encontrar a atitude pedagógica mais adequada às diversas fases do seu desenvolvimento.”* (Gonçalves, 1991, p.5). Ainda, *“(...) compete ao educador respeitar a sua evolução e criar condições para que ela se exprima livremente.”* (Ibid., p. 12). Além disso, *“A criatividade desperta-se através do fazer, da experimentação constante. A criatividade apela para uma pedagogia não diretiva, ou, pelo menos, flexível e aberta, que permita que seja a própria criança a descobrir o seu modo de agir e de se exprimir, bem como o material e a técnica que melhor se adaptam à sua expressão pessoal.”* (Ibid., p.13).

Pelo exposto, crescentemente, nas escolas, dever-se-ia *“(...) dar mais importância à imaginação e à inovação, proporcionando “cenários” para a aquisição de conhecimentos e competências, numa esfera adequada ao fomento da criatividade, através: do grau de estimulação, adequação e diversificação das condições proporcionadas; de um vasto leque de oportunidades de experimentação, de adaptação e de exploração do corpo e do movimento – num espaço físico e estruturado com materiais, situações relacionais e contextuais ricas, e conducentes à sua autonomia; do recurso a instrumentos que promovam uma aprendizagem ativa, construída e com base na satisfação pessoal dos alunos.”* (Castro e Carvalho, s.d., p.45). Assim, face ao acima exposto, cabe mencionar que *“A evolução da criança não depende apenas das suas capacidades e interesses, mas também do modo como é estimulada pelo educador, nas atividades que desenvolve.”* (Sousa, 2003, p.131).

Por fim, cabe ressaltar que ao inserir a interdisciplinaridade tanto dentro como fora do contexto de sala de aula, fica mais acessível ao aluno uma informação mais atraente, cativadora e moderna, pelo simples fato de que *“(...) o trabalho interdisciplinar poderá ajudar a ter uma melhor compreensão das disciplinas, numa multiplicidade de maneiras e a, simultaneamente desenvolver uma mentalidade, aberta em relação aos outros.”* (Pombo, Guimarães e Levy, 1994, p. 31)

3.4 Ensino com a música

Para Condessa (2009), é por meio da atividade do brincar, onde a criatividade, a expressão, o movimento e a fantasia são privilegiados e a criança capta de igual modo uma totalidade de regras e noções dos seus comportamentos que lhe possibilita adequar-se à sua cultura e iniciar-se numa prática desportiva, cultural e artística. Outrossim, as tarefas de expressão motora, musical, dramática, plástica, são tarefas que integram obrigatoriamente o currículo e, como resultado, precisam ser trabalhadas durante o tempo normal de escolaridade pelos educadores.

Neste sentido elaboraremos uma análise empírica sobre a educação na/pela expressão musical e da função do estudante/educador no que concerne a esta área de expressão artística.

Toda a educação através da expressão musical é uma forma de arte, quer dizer, é pela arte que as pessoas se expressam, comunicam e interagem com o ambiente que as rodeia. O artista pode cantar, tocar, compor, dançar, representar, desenhar, esculpir, produzir inúmeras formas de arte, porque, dessa forma, está expressando as suas emoções por meio de sons, ouvindo sons, fazendo sons com o corpo, marcando ritmos, desenvolvendo diferentes formas de arte. Reboredo (2003, p.20) afirma que a música “(...) *deve ser ouvida e falada antes de se estudarem outros pormenores da sua constituição e formação.*” Por isso, a arte musical proporciona a atuação em desafios grupais e pessoais, possibilitando a criação da identidade pessoal e social de qualquer ser humano, exaltando assim a identidade nacional através do intercâmbio cultural.

A arte é uma ação criativa e com valor estético que se revela na pintura, na dança, na dramatização ou numa singela melodia. Conforme Souriau (1976, p.289), a “(...) *criança tem em si música espontânea, que só deseja tornar-se sonora. Se ajuda a criança a expandir a música que tem em si, far-se-á dela um ser não só melhor e mais nobre, mas também mais feliz.*”

Neste seguimento, poder-se-á verificar que a música, uma vez sendo uma forma de arte segue historicamente o progresso da humanidade, e se faz sempre vigente no nosso dia-a-dia. Já que, esta é uma arte que vem sendo esquecida, mas que deve ser retomada nas escolas, uma vez que proporciona ao aluno uma experiência emotiva com o meio a que pertence. Além disso, na sala de aula, a música poderá ajudar o discente de forma mais significativa e motivadora nas suas aprendizagens. De acordo com Torres (1998,

p.20), a música é uma ferramenta imprescindível para a formação do ser humano, em outras palavras, é “(...) *um contributo para a formação geral da personalidade da criança: formação auditiva, psicomotora, intelectual, socioafetiva e estética.*”

Para Souriau (1976, p.289), a música faz com que a criança aprenda a “*ouvir, a prestar a atenção às coisas artísticas; é uma iniciação em valores muito elevados, uma formação da inteligência e da sensibilidade; a sua prática diária torna-a um poderoso meio de ação sobre o moral da criança (...)*”. A música pode ainda ser estabelecida como uma forma de linguagem que se utiliza da voz, instrumentos musicais e demais recursos, para manifestar algo a alguém. Um consenso interessante é que a música consiste numa combinação de sons e de silêncios, numa sequência simultânea ou em sequências sucessivas e simultâneas que se desenvolvem ao longo do tempo. “*Ao propor-se um tema musical, as crianças deverão ser levadas a aprender primeiramente a escutá-lo: bem instaladas, em silêncio, calmas.*” (Sousa, s.d.(a), p.143). Este tipo de dinâmica agrega toda a fusão de elementos sonoros designados a serem compreendidos pela audição. Pois abrange alterações nos tipos de som (altura, duração, intensidade e timbre) que podem acontecer sequencialmente (ritmo e melodia) ou simultaneamente (harmonia). Ritmo, melodia e harmonia são compreendidos aqui apenas no seu espírito de organização temporal, visto que a música pode envolver intencionalmente harmonias ruidosas (que contém ruídos ou sons externos ao tradicional) e arritmias. A música é um veículo importante no ensino aprendizagem, pois a criança desde pequena já ouve música desde o seio materno. Para Sousa (2003a, p.114) “*A criança descobre e vivencia novas formas de movimento, estendendo estas descobertas à conquista da sua noção de corpo, do seu equilíbrio estático e dinâmico, estruturas práticas, organizações espaciais e temporais, representações cognitivas.*” A criança atualmente necessita ser sensibilizada para o mundo dos sons, pois é pelo órgão da audição que ela possui o contato com os fenómenos sonoros e com o som. Assim, quanto maior for a sensibilidade da criança para os sons, mais ela enxergará as suas potencialidades. Por isso, é importante educar a criança desde cedo, para esse treino musical, de maneira que esta possa aflorar a sua memória e atenção. Com este fim, Sousa mostra-nos ainda que a música deve ser enxergada como uma “*(...) educação do sensível, tendo em vista a estimulação e enriquecimento do racional, numa integração benéfica entre o pensar, o sentir e o agir*” (Sousa, 2003b, p. 82).

Deste modo, a música quando aprimorada, melhora o raciocínio, aumenta a criatividade e outros dons e aptidões nas pessoas, por esta razão importa-se desfrutar esta tão suntuosa potencialidade da música nos momentos educacionais dentro e fora das salas de aula. No momento que a arte musical age no corpo de uma criança ou de um adulto, esta abeira a despertar emoções, minimizar os efeitos de fadiga e elevar a autoestima do indivíduo que se encontra triste ou sem motivação para realizar determinadas atividades motoras.

Esta forma de arte está sempre corrente na vida dos seres humanos, ela deverá estar atuando na escola para dar vida ao ambiente escolar de maneira a facilitar a socialização dos alunos, bem como estimular neles o senso de criação e recreação de sons e movimentos. Para isto, a música também gera um terreno proveitoso para a imaginação, quando incita as faculdades criadoras de cada um, pois o educar pela música, proporciona uma educação profunda integrando diversos saberes e atitudes. A música *“Tem especial valor na educação psicomotora, na medida em que, para além de atuar sobre os aspetos perceptivos, motiva a expressão motora.”* (Sousa, s.d.(a), p.16)

Segundo Gordon (2000, p.8) *“A verdadeira apreciação musical exige compreensão. Aprender música é ser guiado de forma a conseguir dar significado àquilo que se ouve.”* Seguindo esta raciocínio, é possível ressaltar que na música a imaginação é mais importante que o conhecimento, ainda que através da música e de outras artes, a imaginação e as emoções podem ser despertadas e desenvolvidas, porque a música em conexão com outras artes estabelece também fortes fundamentos da educação, como o ler, o escrever, o contar, o jogar, dentre outros. Segundo Willems, (1970, p.11) *“A música favorece o impulso da vida interior e apela para as principais faculdades humanas: vontade, sensibilidade, amor, inteligência e imaginação criadora.”* Além do mais, Willems alega que a música abrange os seguintes elementos fundamentais: ritmo (tempos, compasso e sub- divisões do tempo; melodia (sons, intervalos melódicos, escalas e modos); harmonia (intervalos harmónicos, acordes e cadências). Deste modo, poder-se-á afirmar que mediante a música é possível avultar a criatividade dos adultos, jovens e crianças, possibilitando assim criar a sua identidade pessoal, educando pela e através da música como uma arte de viver e de aprender através de ritmos, movimentos e canções.

Não obstante, e segundo Sousa (2003b, p.18), a meta do educador no que diz respeito ao ensino aprendizagem com música é a criança e não a música, ou seja, *“Não é*

necessário o professor ter conhecimento de escrita musical nem saber tocar qualquer instrumento para se poder proporcionar a crianças meios e motivações para desenvolver o seu sentido musical e satisfazerem neste domínio as suas necessidades de expressão e criação”. Ainda de acordo com o autor “é apenas necessário que se goste de crianças, de música e que se tenham alguns conhecimentos psicopedagógicos (para evitar cair em erros que em nada ajudem a criança).” (Ibid., p.18).

Desta forma, poder-se-á ressaltar que o aporte do educador no que concerne ao ensino aprendizagem com música nos jovens tem um caráter estimulante, ou seja, este terá de ensinar a música de modo a que as pessoas tenham de ir ao encontro da música, e que esta também possa ir ao encontro das pessoas. Não é só as crianças que ficam mais desenvolvidas com este ensino aprendizagem, nós, adultos/professores também nos perceberemos altamente satisfeitos, porque a música para além de ser uma ótima ferramenta relaxante na vida de uma pessoa, é também um excepcional instrumento de comunicação e de interação social.

É importante frisar que a música se torna um instrumento essencial para alfabetizar, reconquistar a cultura e auxiliar na lapidação do conhecimento pelas crianças e jovens, porque a música além de aproxima-los, serve de motivação, deixa-os mais concentrados àquilo que o estudante/educador tenciona com ela, torna-se uma ferramenta de cidadania, auxiliando assim para a ascensão da sua autoestima.

Por todo o exposto, a música terá uma função de barro, ou seja, deverá ser moldada pelo educador, na maneira como ensina, no modo como interage com os jovens, na forma como perpassa a aprendizagem dos mesmos, possibilitando chegar a estes a tal melodia pretendida, o ajustamento de ensino e professor criativo, expressivo e dinâmico, para que a música alcance à todos e entre nos seus conscientes de maneira que estejam motivados à participação de novos desafios em suas vidas.

3.5 Conclusão

Com base nas informações apresentadas no decorrer deste capítulo, acreditamos que a metodologia de aprendizagem e serviço é muito importante devido aos impactos gerados em relação a formação dos estudantes, dentre os quais estão o desenvolvimento de atitudes pró-sociais, formação para a cidadania, incentiva a avidez de participação

desses jovens e os seus interesses, de maneira que as aprendizagens recebidas sejam transformadoras. Podemos constatar também que tais benefícios gerados nessa relação entre aprendizagem-serviço e a música não ocorrem somente nas crianças, mas de igual modo em nós, adultos, professores que nos perceberemos altamente satisfeitos, em virtude da música ser também um excepcional instrumento de comunicação e de interação social. Por fim, a música quando aprimorada, melhora o raciocínio, aumenta a criatividade e outros dons e aptidões nas pessoas e que, por esta razão achamos que desfrutar desta tão rica potencialidade, juntamente com a metodologia do serviço-aprendizagem, é de grande valia para uma transformação social positiva.

CAPÍTULO IV

Metodología

4. Metodologia

Inicialmente, procedemos a uma pesquisa bibliográfica atrelada à temática pretendida, valendo-se, de igual modo, à ponderação naturalista das práticas educativas, e à elaboração de questionários (cf. questionário a seguir) à escola para efetuar um estudo sobre “A Música Como Instrumento de Inclusão Social”, numa fase inicial do processo de caso prático. Posteriormente, realizámos uma análise sobre as informações coletadas na documentação analisada, cujo objetivo foi elaborar um campo de referências teóricas. Assim, cruzamos as vertentes quantitativa e qualitativa. Com a utilização conjunta dos métodos qualitativos e quantitativos viabiliza-se um levantamento maior de informações, distintivamente do que se procura de forma isolada. Como instrumentos usaremos entrevistas e questionários, bem como pesquisas bibliográficas como apoio, pois é utilizada em qualquer estudo exploratório para a delimitação de um assunto em investigação.

Importa mencionar que procedemos à elaboração de um questionário, mas com uma adaptação ao público a quem se dirigia, porque um questionário foi para os educandos de música e outro para os seus pais.

No que se refere à estruturação da ferramenta de coleta de informação, o questionário foi organizado de maneira a abranger grupos de questões. O primeiro grupo atingiu sobre a recolha de informações de caracterização pessoal e profissional dos questionados, especificamente, a idade e habilitações académicas. No segundo grupo de perguntas, tencionou-se extrair dados relativo a influência, satisfação e desenvolvimento dos alunos no âmbito da expressão musical, bem como saber a sua opinião acerca da importância da música no processo de ensino e aprendizagem dos seus alunos, nas escolas. As questões, umas fechadas e outras abertas, viabilizaram obter dados considerados pertinentes para o nosso estudo. Com as questões fechadas, pretendia-se obter informações objetivas que nos permitissem responder questões a respeito da atratividade dos jovens pela música; identificação de aspetos positivos no desenvolvimento dos jovens por intermédio da música; através dos jovens que estão a estudar música, mitigar o impacto social que a música tem sobre a comunidade. Assim, o questionário, neste domínio de questões, estava desenhado segundo a escala de Likert, com cinco possibilidades de resposta, onde foram classificadas as questões de acordo com o que o inquerido sente, correspondendo o um (1) a pouco importante e o cinco (5) a

muito importante. As questões consideradas mais fulcrais neste domínio foram as que se relacionavam com o nosso objetivo em saber a atratividade dos jovens pela música, conhecer e identificar os aspetos positivos no desenvolvimento dos jovens através da música, bem como a mitigação do impacto social que a música exerce sobre a comunidade, através de exemplos dos jovens que estão a estudar música.

As questões fechadas eram:

- Achas que a música é interessante para a tua vida?
- Consideras que a Educação Musical motiva os estudantes para um maior envolvimento/ participação na vida escolar?
- Consideras que a música contribui para o teu desenvolvimento nas aprendizagens dentro e fora da escola?
- Achas que a música contribui para seres uma pessoa melhor no teu convívio?

Relativamente às questões de resposta aberta, pretendíamos captar a perceção dos respondentes para a temática e para se captar o sentimento dos educandos. Estas questões são abertas com o objetivo de dar liberdade às respostas dos respondentes e para não limitar a sua liberdade de resposta. Nesse sentido, algumas das questões apresentadas foram:

- Consideras que a música interfere no seu estado de espírito? Por favor, podes descrever um pouco?
- Consideras que houve mudança positiva no teu comportamento depois que passaste a estudar música? Podes descrever?
- Consideras que depois que começaste a estudar música, passaste a ser mais participativo(a), sociável, alegre, entusiasta, mais ativo/participativo na escola? Por favor, poderás descrever o teu sentimento?
- Consideras que a educação musical contribui para a tua interação na escola, como promotora de conceitos de cidadania, respeito, disciplina, trabalho em grupo, entre outros?

- No teu entender, os alunos melhorariam o seu desempenho nas disciplinas de Português, Matemática, História, etc, se utilizassem a música como ferramenta? Podes dizer o que pensa sobre isto?
- Considera que houve alterações nas suas atitudes e comportamentos, após a frequência das aulas de música?
- Indica 3 situações / características pessoais: a) antes de entrar para as aulas de música. b) depois de entrar para as aulas de música.

E para os pais dos educandos tencionamos por obter informações objetivas que nos permitissem entender questões relativas à influência dos seus respetivos filhos pela música, tais como identificação de aspetos positivos gerados no desenvolvimento dos seus filhos através da música, conhecer o impacto social que a música tem sobre essas crianças num âmbito social e convívio nas comunidade e escolas. Desta forma, o questionário foi desenhado com perguntas abertas com o objetivo de dar liberdade às respostas dos respondentes e para não limitar a sua liberdade de resposta. Nesse sentido, as questões apresentadas foram:

- Considera que a música interfere no estado de espírito do seu filho(a)? Por favor, pode descrever um pouco?
- Considera que houve mudança positiva no comportamento do seu filho(a) depois que ele(a) passou a estudar música? Pode descrever?
- Considera que o seu filho(a), depois que começou a estudar música, é mais participativo, sociável, alegre, entusiasta, mais ativo/participativo na escola? Por favor, poderá descrever o seu sentimento?
- Considera que a educação musical contribui para a interação do seu filho(a) na escola, como promotora de conceitos de cidadania, respeito, disciplina, trabalho em grupo, entre outros?
- No seu entender, os alunos melhorariam o seu desempenho nas disciplinas de Português, Matemática, História, etc, se utilizassem a música como ferramenta? Pode dizer o que pensa sobre isto?
- Considera que houve alterações nas atitudes e nos comportamentos do seu filho(a), após a frequência das aulas de música?

- Indique 3 situações / características pessoais: a) antes do seu filho(a) entrar para as aulas de música; b) depois do seu filho(a) entrar para as aulas de música.

Atualmente a falta de entendimentos, a escassez de recursos, bem como a dificuldade em proporcionar adequações de metodologias instrumentais e musicais aos educandos, é uma realidade que se transformou numa das deficiências dos educadores nos dias de hoje, principalmente a falta de ligação entre a música as inúmeras áreas do aprendizado. Ao não superarem essas problemáticas, e a dura realidade de não reivindicarem de si mesmas ferramentas para suprir esses mesmos inconvenientes, poderá auxiliar de alguma maneira para a desmotivação dos alunos no que tange à conquista de específicas habilidades na área musical, nomeadamente, no cantar, tocar um instrumento, dentre outras capacitações que são fundamentais para o crescimento pleno da criança. Esta situação motivou-nos para o nosso estudo empírico e levou-nos a criar um questionário composto por questões abertas e fechadas.

Neste sentido, Ghiglione e Matalon (1997) evidencia-nos que um questionário, em sua essência, é uma ferramenta implacavelmente convencional tanto no texto das perguntas, como na sua organização, viabilizando-nos perceber de forma dúbia as metas da nossa pesquisa. Assim sendo, e numa primeira instância, começamos por caracterizar os sujeitos inquiridos, de modo a retirar conclusões generalizáveis. Pois, tal como refere Ghiglione e Matalon (1997, p.7), “O inquirido pode ser definido como uma interrogação particular de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar”, o que nos permite uma maior compreensão acerca do conteúdo das respostas, bem como um maior aprofundamento compreensivo da temática em estudo.

Para além disso, é necessário referir que as questões abertas do questionário foram sujeitas a uma análise qualitativa sobre o estudo em causa, permitindo-nos deste modo, perceber melhor as opiniões dos pais e alunos acerca dos objetivos do nosso estudo, através da realização de uma análise de conteúdo.

Além da pesquisa qualitativa, foi realizado também um estudo quantitativo, que se fundamentou na objetividade. Essa metodologia é imbuída pelo positivismo e, crê que a vida real só poderá ser percebida com um cunho na verificação de dados brutos, coletados com a ajuda de ferramentas padronizadas e neutras. A metodologia quantitativa apela à linguagem matemática para delinear as razões de um acontecimento, a

familiaridade entre variáveis, dentre outros. Desta forma, o estudo quantitativo, viabilizará uma reflexão profunda e a delimitação de leis elucidativas de relação causa-efeito que ocorrem entre os indivíduos que se submetem ao aprendizado da música, indo de encontro (ou não) à previsão da sua ocorrência e das respectivas condições. Estes estudos quantitativos fundamentaram-se em grandes amostras, fundamentas na crença de que a realidade social se repete e é passível de estruturação por meio de modelos, obtendo assim, os resultados suscetíveis de generalização.

A pesquisa fez uma seleção de amostra intencional, ou seja, por julgamento. Partindo-se de um bom julgamento e com uma estratégia acertada, escolheremos os casos a serem utilizados e, desta maneira, atingir amostras que sejam satisfatórias para as necessidades da pesquisa. No caso das amostras por julgamento, optamos por casos julgados como típicos da população pesquisada e, desta forma, supor que os erros de julgamento nesta seleção tendem a se equilibrar. Esta seleção de amostra intencional é a mais tradicional das amostras não probabilísticas. Para Gil (1999), a seleção de amostra intencional tem como vantagem primordial o custo diminuído de seleção, contudo, se faz necessário um conhecimento elevado sob a população escolhida, pois sem esse estudo antecipado, será necessário a criação de pressuposições, o que geralmente pode atrapalhar a veracidade da amostra. Assim, para que a amostra intencional seja bem fundada, além de algum conhecimento sobre o universo pesquisado, usaremos muito da intuição também, pois, como são diversas as amostras, do mesmo modo são por primazia, um recurso da investigação qualitativa, por não ter a finalidade de generalização dos resultados, mas sim, com a captação e compreensão dos significados. Os resultados obtidos através dos estudos com amostra intencional, dificilmente podem ser generalizados para além do grupo estudado.

No que se refere o caso de utilização de pesquisa com caráter misto, a investigação qualitativa nos auxiliou a encontrar variáveis não detetadas pela investigação quantitativa, dessa forma, auxiliando a compreender as limitações do método quantitativo na explicação da realidade e na criação de padrões comportamentais. Assim como, pesquisadores qualitativos podem descrever uma situação de maneira aprofundada e com uma maior riqueza de detalhes, sem que isto represente um retrato da realidade estudada.

Realizamos uma pesquisa que combina a vertente qualitativa com a quantitativa, onde fundamentaremos em dados coligados nas interações interpessoais, analisando e

interpretando os aspectos mais profundos e expondo a complexidade do pensamento humano, trazendo assim, uma análise mais detalhada sobre a nossa investigação, como atitudes, hábitos e tendências de comportamento. A pesquisa qualitativa foi realizada com um grupo de alunos, em sua maioria, entre as idades de 7 a 16 anos, bem como seus respectivos pais, cujo objetivo era alcançar a compreensão sobre a influência da música, no sentido social da palavra, integral e solidário.

CAPÍTULO V

Caso Prático

5.1 Introdução

Neste capítulo apresentaremos os dados recolhidos e toda a informação produzida com eles. Faremos isto para os alunos, para os seus encarregados de educação e, finalmente, apresentaremos uma relação dos sentimentos entre os pais e os alunos, relativamente aos benefícios que a música pode trazer para o seu desenvolvimento.

Relativamente ao tratamento dos dados, todas as informações coletadas foram previamente organizadas e ajustadas numa base de dados no Microsoft Excel. As informações prestadas foram organizadas em gráficos e em tabelas de maneira simplificar a revisão dos resultados, bem como, a sua interpretação. Assim, no que se refere à análise e discussão dos resultados examinaremos os questionários que se debruçam sobre as opiniões dos alunos e dos pais, nomeadamente às perguntas abertas e fechadas, que se afrontam diante da atratividade dos jovens pela música, os pontos positivos identificados no desenvolvimento dos jovens através do seu envolvimento com música, medir o impacto social que a música tem sobre a comunidade através desses jovens que estão a estudar música e, por fim realizar uma reflexão a respeito da utilização da música enquanto instrumento potenciador de sucesso da metodologia da aprendizagem-serviço.

5.2 População e amostra

Procedemos com uma pesquisa bibliográfica atrelada à temática pretendida, valendo-se de igual modo à ponderação naturalista das práticas educativas e à elaboração de questionários à escola para efetuar um estudo sobre “A Música Como Instrumento de Inclusão Social”, no início do decurso de caso prático. Após isso, procedemos com uma análise a respeito dos dados apurados na documentação analisada, cujo objetivo foi elaborar um campo de referências teóricas.

Relativamente aos alunos a inquirir, a população era constituída pelos alunos da Escola de Música Mozart (Yamaha Music School), sediada em Braga, que frequentam os 1º, 2º e 3º anos. No total, essa população é composta por 300 alunos. Dessa população, tomamos o seguinte percurso para a seleção:

- Dos meus alunos diretos, no total de 25, todos foram selecionados para a inquirição.

- Dos alunos da professora Sofia Teixeira, no total de 50 alunos, foram selecionados 10.
- Dos alunos do professor Cristiano Coelho, no total de 50 alunos, foram selecionados 10.

Assim, no seu conjunto, foram selecionados e inquiridos 45 alunos. Desses, apenas 40 responderam, validamente ao questionário, o que se traduz numa taxa de sucesso de 88%

A maior parte dos inqueridos (88%) foram rapazes, com idades compreendidas entre 7 e 10 anos, e distribuídos pelos anos 1 e 3 de estudos.

Relativamente à vertente dos pais, essa população foi composta por 30 pais, sendo:

- 15 pais dos meus alunos diretos,
- 10 pais dos alunos da professora Sofia Teixeira,
- 10 pais do professor Cristiano Coelho.

Assim, no seu conjunto, foram selecionados e inquiridos 35 pais de alunos. Desses, apenas 30 responderam, validamente ao questionário, o que se traduz numa taxa de sucesso de 85%

A maior parte dos inqueridos são mães (92%) e com idades compreendidas entre 35 e 44 anos.

A fim de promover a caracterização da nossa amostra apresentaremos numa primeira fase, uma análise feita a partir de características pessoais e profissionais (escalão etário e habilitações literárias.) dos dois grupos do estudo, composta da seguinte forma: alunos; 40 (n1=40) e pais = 30 (n2 =30), cujo tratamento passamos a fazer:

5.3 Dados e respostas dos alunos

Como se poderá verificar através da tabela 1 abaixo apresentada, existem duas faixas etárias predominantes: a composta por alunos com menos de 10 anos de idade, que representa 38% dos inquiridos (n=15) e a faixa com idade superior a 20 anos, que atinge a percentagem de 33% dos inquiridos (n=13).

Tabela 1: caracterização dos alunos por faixa etária

Alunos de Música			
Menos de 10 anos	Entre 10 e 15 anos	Entre 16 e 20 anos	Mais de 20 anos
15	5	7	13
38%	13%	18%	33%

Fonte: elaboração própria

No que se refere à sua formação académica, como se visualiza na tabela 2, 38% (n=15) dos alunos são do 1º Ciclo de Ensino Básico. Contudo, 25% (n=10) dos alunos são detentores de um grau de licenciatura e 15% (n=6) possui um grau superior à licenciatura.

Tabela 2: distribuição dos alunos segundo as Habilitações Académicas

Fonte: Elaboração própria				
Habilitações académicas				
1º Ciclo Ensino Básico	2º Ciclo Ensino Básico	3º Ciclo Ensino Básico	Licenciatura	Mestrado ou Grau Superior
15	3	6	10	6
38%	8%	15%	25%	15%

Fonte: Elaboração própria

Recorrendo ao sentimento expresso pelos alunos inquiridos, temos seguintes respostas:

Tabela 3: (i) - Achas que a música é interessante para tua vida?

Grau de importância					
Escala Likert	1	2	3	4	5
nº pessoas	0	0	0	19	21
Percentagem	0%	0%	0%	47,5%	52,5%

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que 52,5% (n=21) dos alunos concordam “totalmente” que a música é muito interessante para o seu próprio desenvolvimento, enquanto 47,5% (n=19) referem que é somente “muito importante”. Assim, os alunos consideram ser relevante a música para a sua vida.

Tabela 4: (ii) - Consideras que a educação musical motiva os estudantes para um maior envolvimento/participação na vida escolar?

Grau de importância					
Escala Likert	1	2	3	4	5
nº pessoas	0	1	1	18	20
Porcentagem	0%	2,5%	2,5%	45%	50%

Fonte: Elaboração própria

Assim, pode-se verificar que 50% (n=20) dos alunos concordam “totalmente” que a música os motiva para um maior envolvimento no convívio escolar, enquanto 45% (n=18) referem que é somente “muito importante”, havendo uma pequena percentagem (2,5%) que acreditam ser somente “um pouco importante” e, na mesma percentagem, que considera ser “regular”. Desta forma, dada a expressiva percentagem dos alunos (95%), a música é uma variável de motivação para o envolvimento dos alunos na vida escolar.

Tabela 5: (iii) - Consideras que a música contribui para o teu desenvolvimento nas aprendizagens dentro e fora da escola?

Grau de importância					
Escala Likert	1	2	3	4	5
nº pessoas	0	0	0	21	19
Porcentagem	0%	0%	0,0%	52,5%	47,5%

Fonte: Elaboração própria

Como podemos analisar, 52,5% (n=21) dos alunos acham apenas “muito importante” a contribuição da música nas aprendizagens dentro e fora da escola. Por seu lado, 47,5% (n=19) dos alunos referem que é “totalmente” importante. Assim, para estes alunos, fica claro que a música é muito importante para o desenvolvimento das aprendizagens.

Tabela 6: (iv) - Achas que a música contribui para seres uma pessoa melhor no teu convívio?”

Grau de importância					
Escala Likert	1	2	3	4	5
nº pessoas	0	0	1	20	19
Porcentagem	0%	0%	2,5%	50%	47,5%

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se afirmar que de acordo com o quadro acima, 50% dos alunos acham apenas “muito importante” a contribuição da música para um melhoramento no convívio social, enquanto 19 (47,5%) dos alunos referem que é “totalmente”, havendo uma pequena percentagem (2,5%) que acreditam ser somente “regular”.

De seguida, de forma a podermos retirar relações mais fidedignas dos sentimentos dos alunos, passamos a apresentar a sua perspetiva, relativamente às questões abertas, cujas respostas são:

(i)- Resposta à pergunta: Considera que a música interfere no seu estado de espírito? Por favor, podes descrever um pouco?

O aluno n.º 21 considera que a música interfere muito no seu estado de espírito e diz: “Sim, pois é uma das poucas coisas que encontrei na minha vida que não me imagino a parar de fazer, sinto que posso levar as coisas com mais calma (...)”. E este sentimento é generalizado nos alunos, como se pode verificar através da resposta do inquerido n.º 2, que acrescenta “(...) A música ajuda a entrar em um mundo particular. É um momento que a pessoa pode viajar pra onde quiser, imaginar o que quiser. É se deixar levar num momento só seu. Para mim, é o momento que me encontro com uma das coisas que tenho de melhor. É quando me sinto mais tranquila e sem preocupações”. O aluno n.º 9, que comunga com as mesmas ideias acrescenta ainda: “Através da música – escutando ou tocando – sou capaz de modificar meus sentimentos e a forma como me sinto internamente no momento.”

Relativamente a questão em análise, de acordo com a opinião dos alunos, fica claro que a música influencia de forma decisiva o seu estado de espírito e, desta forma, todo o seu processo de aprendizagem melhora.

(ii)- Resposta à pergunta: Consideras que houve mudança positiva no teu comportamento depois que passaste a estudar música? Podes descrever?

A aluna n.º 11 julga que houve uma mudança positiva em seu comportamento após as aulas de música e afirma: “Após o início do estudo musical podemos reparar em mudanças comportamentais acentuadas como a calma e a paciência que passa a ser maior e a postura face a problemas que passa a ser de uma forma geral mais ponderada e equilibrada”. E esta convicção é estendida nos alunos, como podemos corroborar através da resposta do inquerido n.º 4, que acrescenta “Sim, sou mais capacitado para ouvir o que está ao meu redor e mais sensível para interpretar as mensagens do mundo exterior.” O aluno n.º 9, que comunga com as mesmas ideias acrescenta ainda: “A música me faz sentir mais leve. Em dias que não me encontro de bom humor, a música me relaxa e me ajuda a me sentir melhor.”

Em referência a questão mencionada, em conformidade com a opinião dos alunos, fica claro que a música promove alterações positivas no comportamento de quem se propõe a estudá-la e, desta forma, há uma melhora considerável no nível de desenvolvimento e aprendizagem do jovem.

(iii)- Resposta à pergunta: Consideras que depois que começaste a estudar música, passaste a ser mais participativo(a), sociável, alegre, entusiasta, mais ativo na escola? Por favor, poderás descrever o teu sentimento?

O aluno n.º 43 considera que após ter começado a estudar música, passou a ser uma pessoa mais participativa, alegre e sociável na escola e diz: “Sim. A música, para mim, é como um tranquilizante. Em conjunto com o aprendizado, pode ajudar a memorizar conteúdos e tranquilizar em momentos de avaliações. Já tive experiências de fazer paródias de músicas famosas para ajudar a assimilar matérias e foi um sucesso. Me arrisco a dizer que lembro de algumas até os dias de hoje!”. E este sentimento é possível encontrar na maior parte dos alunos inqueridos, como se pode verificar através da resposta do inquerido n.º 2, que acrescenta “Sim. Através de grupos de música fui capaz de fazer amigos, socializar e conhecer gente que não conheceria.”. O aluno n.º 9, que partilha com as mesmas ideias acrescenta que: “Sim, deixa-me mais alegre, com vontade de cantar e dançar.”

Relativamente a questão em análise, em conformidade com o ponto de vista dos inqueridos, pode-se perceber que a música interfere de forma decisiva no comportamento dos jovens e, desta forma, aumenta e melhora o desenvolvimento destes.

(iv)- Resposta à pergunta: Consideras que a educação musical contribui para a tua interação na escola, como promotora de conceitos de cidadania, respeito, disciplina, trabalho em grupo, entre outros?

No que se refere a questão acima, o aluno n.º 4 acredita que “(...) com a música podemos falar num mesmo tom e em uma mesma voz. A música une pessoas e no meio escolar é muito útil para tratar sobre estes temas. Na minha experiência, ajudou muito em trabalhos de grupo. Já tive trabalho de matemática que era para fazer paródias com o conteúdo dado para auxiliar na hora de assimilar o conteúdo.” E a aluna 21.º acrescenta que “Colabora muito com disciplina, concentração e trabalho em grupo.”

(iv)- Resposta à pergunta: No teu entender, os alunos melhorariam os seus desempenhos nas disciplinas de português, matemática, história, etc, se utilizassem a música como ferramenta? Podes dizer o que pensas sobre isso?

O aluno n.º 5 considera que a música melhoraria o desempenho dos jovens nas disciplinas de português, matemática, história, entre outras, se utilizassem a música como ferramenta e diz “Acredito que sim. Não apenas com a música sendo uma matéria paralela, mas também utilizando a música para passar conhecimento destas outras matérias. Nunca participei de aula assim, mas já vi na internet professores cantando conhecimentos de história, geografia, matemática, etc e me pareceu bem interessante.” E este sentimento é generalizado nos alunos, como se pode verificar através da resposta do inquerido n.º 28, que acrescenta “Sim, a música é um ótimo método para melhorar a concentração, memorização e também é muito motivadora.” O aluno n.º 1, que comunga com as mesmas ideias acrescenta ainda: “Quando a música é usada como ferramenta, ela ajuda muito. As pessoas são muito conectadas e gostam de ouvir música. O uso desta em conjunto com matérias pode sim ajudar no melhor desempenho. Seja fazendo paródia, seja ouvindo uma música com volume baixo na hora do estudo.”

Relativamente a questão em análise, de acordo com a opinião dos alunos, fica claro que a música seria uma ótima ferramenta para melhorar o desempenho dos estudantes nas disciplinas de português, matemática, estudo do meio, dentre outras e, desta forma, todo o processo de aprendizagem do jovem melhoraria.

5.4 Dados e respostas dos Pais

Relativamente aos pais dos alunos, a nossa orientação foi opção por apenas por questões abertas. Com relação às suas características, pode-se verificar que a faixa etária preponderante é a de [35-44] anos, atingindo o peso de 43% dos inquiridos (n=13), conforme tabela 3.

Tabela 3: Distribuição dos pais saegundo a faixa etária

Pais de alunos			
Menos de 35 anos	Entre 35 e 44 anos	Entre 45 e 50 anos	Mais de 50 anos
5	13	7	5
17%	43%	23%	17%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente às suas habilitações académicas, verifica-se que 33% (n=10) possui o 3º Ciclo do Ensino Básico. Contudo, é de sublinhar o facto de 63% (n=19), serem detentores de uma habilitação igual ou superior à licenciatura, conforme tabela 4.

Tabela 4: distribuição dos pais segundo as habilitações académicas

Habilitações académicas				
3º Ciclo Ensino Básico	Ensino Compl. Completo	Licenciatura	Bacharelado	Mestrado ou Grau Superior
10	1	7	7	5
33%	3%	23%	23%	17%

Fonte: elaboração própria.

De seguida, de forma a podermos retirar relações mais fidedignas dos sentimentos dos alunos, passamos a apresentar a sua perspetiva, relativamente às questões abertas, cujas respostas são:

(i)- Resposta à pergunta: Considera que a música interfere no estado de espírito do seu filho(a)? Por favor, podes descrever um pouco?

O pai n.º 21 considera que a música interfere muito no seu estado de espírito e diz: “(...) o meu filho, socialmente falando, era tímido, depois de começar a tocar guitarra eléctrica a postura mudou para melhor. Sente-se mais seguro. A música liberta o corpo e a alma”. E este sentimento é universalizado entre os pais, como se pode verificar através da resposta da mãe n.º 14, que acrescenta “(...) Ele fica mais calmo e relaxado. É a maneira dele se expressar e colocar para fora suas emoções”. A mãe n.º 9, que comunga com as mesmas ideias acrescenta ainda: “Sim. A música relaxa, é envolvente, aflora os sentimentos dela e aumenta muito percepção em termos gerais”.

Relativamente a questão em observação, consoante com a opinião dos pais, fica claro que a música influencia de forma decisiva o estado de espírito dos seus filhos e, desta forma, todo o seu processo de aprendizagem dos jovens melhora.

(ii)- Resposta à pergunta: Consideras que houve mudança positiva no comportamento do seu filho(a) depois que ele(a) passou a estudar música? Podes descrever?

A mãe n.º 22 julga que houve uma mudança positiva no comportamento de sua filha após ter iniciado as aulas de música e afirma que “Sim, acho que tudo relativo à música influencia positivamente, por exemplo, supera a timidez.” E esta convicção é estendido aos outros pais, como podemos corroborar através da resposta do inquerido n.º 24, que acrescenta “(...) ele está mais leve, feliz e relaxado. Mas nenhuma mudança no comportamento, sempre foi gentil e educado.” A mãe n.º 10, que compartilha com as mesmas ideias acrescenta ainda: “Sim, porque passou não somente a se interessar como também a se dedicar ao estudo de uma outra área do conhecimento com maior especificidade do que o ensino fundamental oferta.”

Em referência a questão mencionada, em conformidade com a opinião dos pais, fica claro que a música promove alterações positivas no comportamento dos jovens que se propõe a estudá-la e, desta forma, há uma melhora considerável no nível de desenvolvimento e aprendizagem destes alunos.

(iii)- Resposta à pergunta: Considera que seu filho(a), depois que começou a estudar música, passou a ser mais participativo(a), sociável, alegre, entusiasta, mais ativo na escola? Por favor, poderás descrever o teu sentimento?

O pai n.º 7 considera que após sua filha ter começado e estudar música, esta passou a ser uma aluna mais participativa, alegre e sociável na escola e diz: “Acho que ela fica muito feliz com as aulas que tem semanalmente e isso repercute em seu cotidiano.” E esta convicção é possível notar na maioria dos pais inqueridos, como se pode verificar através da resposta do pai n.º 29, que acrescenta “Como ela sempre teve essas qualidades não notamos isso a partir da sua inserção na vida musical. Entretanto, passou-se a interessar-se mais pela música. Seja na escola do ensino fundamental ou nos eventos culturais.” A mãe n.º 9, que compactua com as mesmas ideias adiciona que: “Meu filho sempre alegre e sociável e a música reforça isso.”

Relativamente a questão em análise, em conformidade com o ponto de vista dos inqueridos, pode-se perceber que a música influencia de forma positiva e decisiva no comportamento dos filhos e, desta forma, aumenta e melhora o desenvolvimento destes.

(iv)- Resposta à pergunta: Consideras que a educação musical contribui para a interação do seu filho(a) na escola, como promotora de conceitos de cidadania, respeito, disciplina, trabalho em grupo, entre outros?

No que se refere a questão acima, o pai nº 4 acredita que “(...) penso que ela é educada com esses princípios bem definidos e por isso vem se desenvolvendo como uma pessoa justa, crítica e participativa em prol dos direitos e deveres do cidadão. Por outro lado, acreditamos sim, que a música é um excelente veículo que favorece esses princípios.” E a mãe 22ª acrescenta que “Sim, com certeza, a música é bastante inclusiva.”

(iv)- Resposta à pergunta: No teu entender, os alunos melhorariam os seus desempenhos nas disciplinas de português, matemática, história, etc, se utilizassem a música como ferramenta? Podes dizer o que pensas sobre isso?

O pai nº 2 acredita que a música melhoraria o desempenho dos jovens nas disciplinas de português, matemática, história, entre outras, se utilizassem a música como ferramenta e considera que “sim, pois adquirirem-se hábitos de trabalho e de estudo, autonomia e persistência nas tarefas” e o pai nº 2 respondeu que “Certamente, uma vez que entendo a música como uma área do conhecimento rica sob o quesito interdisciplinar.” E este sentimento é generalizado entre os pais, como se pode verificar através da resposta do inquerido nº 16, que acrescenta “(...) acredito que a música melhora o desempenho nas outras disciplinas sim, porque a música desperta o senso crítico, criatividade e atenção do meu filho.”

Relativamente a questão acima, de acordo com a opinião dos pais, fica claro que a música seria uma ótima ferramenta para melhorar o desempenho dos estudantes nas disciplinas de português, matemática, estudo do meio, dentre outras e, desta forma, todo o processo de aprendizagem do jovem melhoraria.

Relativamente à questão da integração desta disciplina como um instrumento de integração e potencializador do ensino-aprendizagem com outras áreas, cerca de 67% dos pais consideram que a Educação Musical deve ser agregada nas classes como sendo “um

instrumento integrador de ensino e aprendizagem com outras disciplinas”. No que concerne às opiniões acerca do modo como integrar a música nas diferentes áreas disciplinares, existem diversos recursos a aplicar e que poderão ser utilizados nas classes com o objetivo de transformar a música como um instrumento não somente de integração, mas também fomentador de ensino e das aprendizagens nos nossos educandos, tanto dentro como fora da sala de aula.

5.5 Relação entre as respostas dos alunos e dos pais.

Relativamente às respostas obtidas nos inquéritos aplicados aos alunos e pais, importa frisar que houve uma conformidade considerável de opiniões e sentimentos em relação aos benefícios identificados na música quando utilizada como ferramenta de inclusão.

Mais de 90% das respostas dos pais e alunos reagiram em conformidade a um mesmo grupo de ideias e convicções com relação a cada questão apresentada. Nomeadamente palavras do tipo “aumento de interesse”, “melhora a concentração”, “tranquilidade”, “boas ideias e valores” são pontos vitais nas semelhanças encontradas nesse estudo de correlação que apresentamos nesse tópico. Começemos com o depoimento da aluna n.º 27 que refere que: “A música é importante porque aumenta o interesse pelas aprendizagens, ajuda a descontrair, desenvolve ritmos, melhora a interação entre os seres humanos, aumenta a concentração e as experiências afetivas e intelectuais na vida das pessoas”, enquanto a mãe n.º 22 acredita que “ a música é uma interessante fonte de estímulos e equilíbrio, e o seu fomento tem resultados no desenvolvimento das crianças, nomeadamente a criatividade, ideias e memorização”. Podemos notar que este sentimento é generalizado entre pais e alunos, como verificamos através da resposta do pai n.º 4, onde acrescenta que “A música proporciona um estado de espírito mais tranquilo e concentrado na hora das atividades musicais e ao mesmo tempo ativo e dinâmico na busca de novos “arranjos” ou na apresentação dos mesmos.” O aluno n.º 16, que comunga com as mesmas ideias acrescenta ainda que: “A música além de disciplina, me trouxe paz interior.” Ainda neste seguimento de ideias, a mãe n.º 39 refere que “(...) a música é a maior incentivadora para minha filha. Em qualquer atividade, seja estudando ou relaxando, tem sempre uma música tocando. É incrível também o poder de concentração que ela gera”

Relativamente aos comentários acima e suas correlações, bem como em consonância com as opiniões dos pais e seus filhos, é possível concluir que ambas as partes partilham do sentimento de que a música influencia de forma positiva e decisiva no estado de espírito de todos, possui um grande impacto social sobre a comunidade e, além de tudo é um considerável instrumento potenciador de sucesso da metodologia da aprendizagem-serviço.

5.6 Conclusão

No decorrer desse caso prático, constatou-se que os alunos da Escola Mozart e os seus pais foram unânimes em afirmar que houve uma mudança positiva na conduta após as aulas de música, nomeadamente a nível de comportamento em geral, uma melhoria considerável na concentração, calma, segurança em si próprio, manifestação de sentimentos de cidadania e solidariedade, bem como empatia e entusiasmo em seus convívios. Todos, quer os alunos, quer os pais, consideram que a música é fundamental pra um desenvolvimento harmonioso das crianças e dos jovens. Ajuda-os a integrar-se melhor na família, no grupo de amigos e na sociedade. Todas são da opinião que a música deve fazer parte do processo de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO VI

Discussão

6 Discussão

Atualmente existem inúmeras propostas e ações direcionadas à inclusão, independente de qual natureza for, racial, social ou étnica. Ocorre que as atividades inclusivas necessitam de mudança de mentalidade e se concretizam com ideias, experiências, estudo e calor humano.

O estudo realizado resultou do nosso interesse em coletar informações dos inquiridos no sentido de tentar perceber e dar a conhecer as suas opiniões face à importância da música em seu contexto social, os pontos positivos no desenvolvimento dos jovens, os sentimentos gerados a partir dessa prática, bem como uma forma de potencializar o ensino e a aprendizagem.

Levando em consideração as nossas metas propostas para esta investigação, e as informações alcançada nos inquéritos, é possível observar que tanto os alunos como os pais consideram esta área como um instrumento integrador de ensino e aprendizagens com as outras disciplinas. Nesse sentido, e em conformidade com as informações coletadas na nossa pesquisa, os pais reconhecem que a Educação Musical é benéfica para o desenvolvimento integral dos seus filhos e que há um enorme impacto social nas relações nas comunidades, uma vez que esta vertente facilita a integração e socialização dos seus filhos. Ajuda a desenvolver diversas competências, estimulando a manifestação de sentimentos de igualdade, solidariedade, entusiasmo e também facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

Na opinião dos pais, a música aumenta a concentração (principalmente), a memorização, a consciência corporal, a coordenação motora, ajuda em ocasiões de inibição. Também auxilia o desenvolvimento motor, psíquico, afetivo e social dos jovens. Ainda neste segmento de ideias, os pais disseram que existe uma relação próxima entre a música e todas as outras disciplinas, como é o caso do Estudo do Meio, da Matemática e da História.

Face ao sentimento dos pais, enquanto estudante e docente de música, considero que é importante refletir o significado de integrar e de educar, na maneira como devemos encarar a escola e o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Isto implica alteração nas metodologias de ensino e aprendizagem. Também leva a encarar o ensino numa perspectiva interdisciplinar e não como um simples somatório de disciplinas como

acontece presentemente. Nesse sentido, consideramos necessário refletir conjuntamente, todos os elementos que fazem parte da comunidade escolar e familiar dos alunos, para se chegar a um consenso sobre as características da música que possam vir a melhorar todo o percurso dos alunos. Desta forma, o princípio do ensino poderá ser a formação do educando a todos os níveis. Mas para isso é preciso aplicar a formação de educadores que se mostrem aptos para auxiliar o aluno a superar as adversidades e estimular a sua autonomia e espírito de iniciativa.

Obtivemos os pontos de vista não só de alguns alunos, como também dos seus pais relativamente às potencialidades educacionais desta área, em favor do desenvolvimento de competências nas diversas áreas de conhecimento e progresso global dos estudantes.

Para cada hipótese de ação inclusiva, importa conhecer o espírito de cada problema a ser cuidado. Em outras palavras, as demandas de inclusão social necessitam sabedoria social, políticas sociais e economia. Os enigmas de inclusão e acesso educacional requerem experiência pedagógica, da realidade educacional, do processo ensino-aprendizagem.

Inclusão é feita com amparo, mas precisa-se de igual modo de conhecimento da realidade afim de garantir o direito à voz e ao respeito. Para além de defender a urgência de profissionais com competência musical para trabalhar nas escolas, deve-se propagar a ideia da participação de educadores com habilidades pedagógico-musical e engajamento em relação à questão do desenvolvimento pessoal. Em outras palavras, importa perceber que para o desenvolvimento educacional e para os jovens, envolver-se em tarefas que os façam sentir-se como pessoas criativas, com amplos conhecimentos culturais, com musicalidade e dotes artísticos, já se considera uma prática inclusiva, ainda que com as desigualdades culturais e sociais existentes.

Consideramos urgente a refletir sobre caminhos alternativos para a música no ensino. Uma coisa é aplicar a aprendizagem-serviço ao ensino da música, outra coisa é utilizar a música como instrumento motivador para o desenvolvimento do aluno. Neste trabalho só nos debruçamos sobre esta última vertente. Contudo, estamos convencidos que se aplicarmos a metodologia da aprendizagem-serviço nos cursos de música, os seus efeitos serão benéficos, não apenas para o desenvolvimento pessoal do aluno, mas também para o desenvolvimento social da comunidade, o que faz enriquecer as qualidades

positivas da vida em comunidade, aumenta a consciência e a responsabilidade de cada pessoa em relação aos outros e ao mundo.

CAPÍTULO VII

Conclusão e fragilidades do trabalho

7 Conclusão e fragilidades do trabalho

A música como instrumento de inclusão social, de facto, depende de um comprometimento com uma educação voltada para a perspectiva humanizante do universo escolar, na qual as ações educativas se desenhem como atividades de respeito às diferenças e como oportunidade para a manifestação plena das crianças e dos jovens.

Levando em consideração as metas propostas para esta investigação, e as informações alcançada nos inquéritos, é possível concluir que:

- 1- Pais e alunos consideram esta área como um instrumento que estimula e facilita a integração social do aluno.
- 2- Pais e alunos veem a música como um importante instrumento para se alcançar o sucesso nas outras disciplinas consideradas mais críticas, como é o exemplo do português, da matemática, da história, entre outras.
- 3- Os alunos consideram que a música, ao ser implementada no contexto escolar, transmite-lhes muita tranquilidade, maior poder de concentração, mais alegria, mais sentimentos de companheirismo, socialização, empatia, entre outros.
- 4- Os pais reconhecem que a música é benéfica para o desenvolvimento integral dos seus filhos e que há um enorme impacto social nas relações com a comunidade.
- 5- Os pais também consideram que a música ajuda os seus filhos a desenvolverem diversas competências, estimulando a manifestação de sentimentos de igualdade, solidariedade, entusiasmo e também facilitando o processo de aprendizagem.
- 6- Pais e alunos consideram que a música atrelada à aprendizagem-serviço incentiva a avidez de participação dos jovens e os seus interesses, de maneira que as aprendizagens recebidas sejam transformadoras.
- 7- A música é detentora de uma grande capacidade de lidar com novos desafios sociais.
- 8- Educar musicalmente é um grande benefício para a sociedade, pois gera uma formação de público e crítica, além de um aumento positivo do repertório universal do aluno, gera espaços para reflexões, inclusive sobre o comportamento social, além de criar um interesse sobre a história.

- 9- Questões como cidadania, cultura, responsabilidade social são pontos fundamentais para que haja um equilíbrio na sociedade e para que consequentemente o mundo seja um lugar melhor para todos nós.

Face ao exposto, este trabalho contribuiu para uma melhor compreensão de diversas aptidões e vantagens que a área musical pode proporcionar às crianças, quando trabalhada de um modo interdisciplinar no contexto educativo. Responde aos nossos objetivos centrais. Contudo, nós não fizemos indicadores, mas sim o levantamento da percepção relativamente a importância da música para o desenvolvimento dos jovens, sua inclusão e sucesso no processo de ensino-aprendizagem.

A pouca experiência na esfera da investigação e os obstáculos encontrados no alcance bibliográfico para a pesquisa em questão, despertou-nos para novos horizontes de maneira que nos proporcionou vigorosos interesses e motivações para futuros trabalhos de intervenção - ação na área do ensino e aprendizagem.

Este processo de pesquisa permitiu-nos não só o contato com a realidade social e escolar, como também nos levou a refletir sobre a caminhada realizada como professor, obtendo e vivenciando experiências da realidade inclusiva e educativa. Assim, é urgente a necessidade de apelar aos futuros educandos que apesar das inseguranças, angústias e incertezas vividas no decurso das práticas educativas ao longo dos anos, que lutem pelos seus objetivos, que sejam recetivos a novas opiniões, estimulando a discussão e a reflexão dos jovens, que aprendam com as crianças que o verdadeiro sucesso no desenvolvimento dos jovens é o de lhes trazer alegria, fazer com que se sintam iguais, que os despertem para a integração, solidariedade, cidadania e, consequentemente, sintam se preparados para receber novas maneiras de aprendizagens. Só assim o futuro dos jovens poderá se sentir capaz de concretizar e desafiar com solidez, o seu desenvolvimento diante das constantes mudanças que a vida nos apresenta.

O trabalho que agora apresentamos não é um trabalho perfeito nem definitivo, como é um trabalho em curso apresenta, com total naturalidade, limitações. Entre elas, podemos apontar a necessidade de se aprofundar o corpo teórico, aumentar de forma muito significativa a dimensão da amostra, quer para os alunos, quer para os pais. Também, parece-nos que seria uma mais valia inquerir os professores das disciplinas diferentes das da música por que eles são um instrumento que facilitam, tal como a música, o sucesso da aprendizagem. Assim como o aluno necessita de ser mais empático,

mais equilibrado, mais sensível para as situações, também o professor deve estar preocupado com o mesmo processo. Também como fragilidade, é o facto de nos centrarmos somente numa escola.

Referências Bibliográficas

- Alonso, L. (2003). Desenvolvimento profissional dos professores e inovação educativa. Revista Elo – número especial – A formação de professores. Guimarães: Centro de Formação de Francisco de Holanda.
- Bernacki, M. L. e Jaegar, E. (2008). Exploring the impact of service learning on moral development and moral orientation. Michigan Journal of Community Service Learning, 14(2), 5–15.
- Bolan, V. (2007). *Responsabilidade Social no Ensino Superior*. Conselho Estadual de Educação de São Paulo – CEESP. São Paulo- Brasil.
- Boyle, M. E. (2007). *Learning to neighbor? Service-learning in context*. Journal of Academic Ethics, 5, 85–104.
- Brécia, V. (2003). *Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva*. São Paulo: Átomo.
- Bringle, R. e Hatcher, J. (1995). *A service-learning curriculum for faculty*. Michigan Journal of Community Service Learning.
- Brito, T. (2010), *Educação musical: uma caixa de música*. V Seminário Fala Outra escola, Campinas-SP, Carregando Sonhos. GEPE/Unicamp.v. I
- Brower, H. H. (2011). Sustainable development through service learning: A pedagogical framework and case example in a Third World context. Academy of Management Learning and Education, 10(1), 58- 76. doi:10.5465/amle.2011.59513273.
- Caeiro, J. (2008). Ensaio - Economia Social: *Conceitos, fundamentos e tipologia*. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Universidade Lusíadas de Lisboa – Portugal 2008.
- Carbonell, J. (2016). Pedagogias do século XXI: *Bases para a educação educativa*. Porto Alegre: Penso, 2016.
- Castro, G. e Carvalho, M. (Coord). (S.d.). *A Criatividade na Educação*. Universidade dos Açores – Centro de Estudos Filosóficos.
- CIRIEC (2006) Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative.

- Comissão das Comunidades Europeias. (2003) Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (2003-05), Bruxelas, 12/12/2003, 773 Final.
- Condessa, I. (2006). “As Escolas e os Ambientes Facilitadores do Movimento Criativo na Criança: Uma Questão em Análise”, p. 79, in A. Macara e A.P. Batalha, Livro de Textos e Resumos do Seminário Internacional de Dança e Movimento Expressivo. Lisboa: Edições F.M.H.-UTL.
- Condessa, I. (2006). O Movimento Criativo, In G. Castro, G. e M. Carvalho. Actas do Colóquio “A Criatividade na Educação” (pp: 37-52). Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Condessa, I. (2009). *A Educação Física na Infância. Aprender: a Brincar e a Praticar*. Em: Vários Autores. (Re) Aprender a Brincar Da Especificidade à Diversidade. (pp. 37-49). Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Cortina, A. (1997). *Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid: Alianza Editorial.
- Dewey, J. (1938). *Experience and Education*. New York: Macmillan Company.
- Drogomirecki, V. (2010) *Educação Musical Inclusiva: um estudo dos dados do Projeto Arte Inclusão, do centro de educação profissional em Artes Basileu França (CEPABF)*. Dissertação de Mestrado em Música na Contemporaneidade. Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Easterling, D. e Rudell, F. (1997). Rationale, benefits, and methods of service-learning in marketing education. *Journal of Education for Business*, 73, 58–61.
- Fernández, C., Delpiano, C e Ferari, J. M. D. (2006). *RESPONSABILIDAD SOCIAL UNIVERSITARIA UNA MANERA DE SER UNIVERSIDAD - Teoría y práctica en la experiencia chilena*, edited by P. U. C. País. Santiago de Chile: Proyecto Universidad: Construye País.
- Francisco, A., e Moliner, L. (2010). *El aprendizaje servicio en la universidad: Una estrategia en la formación de ciudadanía crítica*.
- Freire, P. (1970). *Pedagogy of the oppressed*. New York: Herder and Herder.

- Fróis, J. P. (Coord.), Funch, A. H. S., Martindale, C., Leontiev, D. A., Marques, E. B., Hoge, H., Fróis, J. P., Parsons, M., Yenawine, P., e Gonçalves, R. M. (2000). *Educação Estética e Artística – Abordagens Transdisciplinares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas.
- Gardner, H. (1995). *Inteligências Múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (1997). *O Inquérito – Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Graça, E (2006): *A Economia Social: Esperanças e Oportunidades para o Desenvolvimento*. https://www.cases.pt/wp-content/uploads/EG_2015_Cadernos_de_Economia_03.pdf - Acesso em: 12 abril de 2018.
- Godfrey, P. C. e Grasso, E. T. (Eds.). (2000). *Working for the common good: Concepts and models for service-learning in management*. Washington, DC: American Association for Higher Education.
- Gonçalves, E. (1991). *A Arte Descobre a Criança*. Amadora: Raiz Editora, Lda.
- Gordon, E. (2000). *Teoria da aprendizagem musical*. Lisboa: Gulbenkian.
- Gordon, E. (2008). *Teoria de Aprendizagem Musical para Recém-Nascidos e Crianças em Idade Pré-Escolar*. Lisboa: Gulbenkian.
- Hansman, H. (1987). *Economic Theories of Nonprofit Organizations*. In POWELL, W. (ed.) *The Nonprofit Sector. A Research Handbook*. Yale University Press.
- Hargreaves, A. (1995). “*Development and Desire. A Postmodern Perspective*.” In Thomas Guskey e Michael Huberman, Eds., *Professional Development in education: New Paradigms & Practices*. New York: Teachers College Press, Columbia University.
- Homann, M. e Weikart, D.P. (2009). *Educar a Criança*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5.ª edição.
- Howard, W. (1984). *A música e a criança*. São Paulo: Summus.

- Laclau, E. (2006). *Inclusão, exclusão e a construção de identidades*. In: Amaral, Aécio; BURITY, Joanildo (Orgs.). *Inclusão social, identidade e diferença: perspectiva pós-estruturalista de análise social*. São Paulo: Annablume.
- Loureiro, A. (2001) - *O ensino da música na escola fundamental: um estudo exploratório*. Belo Horizonte: Mestrado em Educação da PUC/Minas.
- Marshall, T. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Martins, E. (2009) *A Inserção da música em projetos sociais: Ação de cidadania e inclusão social*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Medeiros, E. (2010). *Crescer e ser pela educação: renovar o mundo pelos olhares e vozes das crianças*. *Itinerários de Filosofia da Educação*, Volume 8: p 55 – 74.
- Medeiros, E. (2009). *Educação, Cultura(s) e Cidadania: Ser Pessoa na Identidade e em Contextos de Diversidade*. In Medeiros, Emanuel Oliveira (Coord.) (2009). *Educação, Cultura(s) e Cidadania*. Porto: Edições Afrontamento.
- Medeiros, R. (2008). *O Contributo da Formação Contínua Sobre o Desenvolvimento Profissional dos Educadores de Infância*. Um estudo com educadores de infância da Ilha de São Miguel. Dissertação de mestrado em Supervisão Pedagógica, na especialidade de educação de infância. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Ministério da Educação e Cultura (MEC). Programa Ética e Cidadania: inclusão social. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/seif/eticaecidadania/index.html> . Acesso em 20 de setembro de 2018.
- Mittler, P. (2003). *Educação Inclusiva: Contexto sociais*. Tradução de Windyz Brazao Ferreira. Porto Alegre: Artmed.
- Moely, B. E., McFarland, M., Miron, D., Mercer, S. e Illustre, V. (2002). Changes in college students' attitudes and intentions for civic involvement as a function of service-learning experiences. *Michigan Journal of Community Service Learning*, Fall, 18–26.
- Osanaí, L. (2012). *Responsabilidade Social é ação que proporciona a vida*. Universidade Mogi da Cruzes, São Paulo. <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/responsabilidade-social/67424/> -Acesso em: 12 abril de 2018.

- Pavlova, A. (2006). *Música que revoluciona destinos*. Rio de Janeiro: Anuário VivaMúsica.
- Peregrino, Y., Penna, M., Coutinho, S. e Marinho, V. (1995). *Da camiseta ao museu: o ensino das artes na democratização da cultura*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB.
- Pereirinha, J. A. (2008). *Política Social: Formas de atuação no contexto Europeu*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Perrenoud, P. (2002). *A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica*. Artmed Editora: Porto Alegre.
- Pombo, O., Guimarães, H. M. e Levy, T. (1994). *A Interdisciplinaridade – reflexão e experiência*. Porto: Texto Editora. Coleção Educação Hoje.
- Puig, J., Gijón, M., Martín, X. e Rubio, L. (2011). Aprendizaje y servicio y educación para la ciudadanía. *Revista de Educación*, 2011, 45-67.
- Queiroz, J.P. (2001). *A música compõe o homem, a música compõe o homem*. São Paulo: Cultrix.
- Reed, D. (2004) Universities and the promotion of corporate responsibility: Reinterpreting the liberal arts tradition. *Journal of Academic Ethics*, v. 2, p. 3-41, 2004.
- Reboredo, J. (2003). *Um Cancioneiro em Estudo*. Canelas: Gailivro.
- Reis, M. (2006): *Economia Social face às questões do emprego: a função reguladora do Terceiro Sector no domínio da política económica e social*. Fundação Bissaya Barreto, Coimbra.
- Roldão, M. (1999). *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Roldão, M. C. (2005). *Que qualidade de ensino e de aprendizagem*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Salamon, L. (1999). *Global Civil Society: Dimensions of the Nonprofit Sector*. The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, Baltimore.

- Sánchez, M. P. e Rovi, J. M. P. (2015). La reflexión en el Aprendizaje-Servicio. Revista internacional de educación para la justicia social.
- Santos, B. (2007). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, J. M. (2007). *Ética e Deontologia – Representações de Professores*. Sintra: Associação de Professores de Sintra.
- Silva, N. (2016). *Contribuições da Metodologia Service-Learning para o Ensino da Responsabilidade Social*. FGV -São Paulo, 2016.
- Schwartzman, S. (2000). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas.
- Scott, J. C. (2006). *The mission of the University: Medieval to postmodern transformation*. The Journal of Higher Education, v.77, n.1, p.1- 39
- Serpa, M. (2010). *Compreender a Avaliação – Fundamentos para Práticas Educativas*. Lisboa: Edições Colibri. Coleção Pedagogia e Educação.
- Sheppard, M. (2006). *Social work and social exclusion: the idea of practice*. Aldershot: Ashgate.
- Souriau, E. (1976). *A Educação Estética da Criança*. Em: Moura, A. (1976). *A Educação da Criança: Problemas Quotidianos*. (pp. 283-290). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Sousa, A. B. (2003). *Educação Pela Arte e Artes na Educação – Drama e Dança*. Lisboa: Instituto Piaget. Horizontes Pedagógicos.
- Sousa, A. B. (2003). *Educação pela arte e arte na educação – Música e artes plásticas*. Lisboa: Instituto Piaget. Horizontes Pedagógicos.
- Sousa, A. B. (s.d.(a)). *A Dança Educativa na Escola*. Lisboa: Básica Editora.
- Sousa, A. B. (s.d.(b)). *A Educação pelo Movimento Expressivo. Movimento – Música – Drama*. Lisboa: Básica Editora.
- Snyders, G. (1992). *A escola pode ensinar as alegrias da música?* São Paulo- Brasil. Cortez.

- Tapia, M. N. (2010). *Aprendizaje y servicio solidario en el sistema educativo y las organizaciones juveniles*. Buenos Aires: Ciudad Nueva.
- Teixeira, C. (2005). *Educação e inclusão social – Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR. Núcleo Disciplinar para Integração.
- Torres, R.M. (1998). *As Canções Tradicionais Portuguesas no Ensino da Música – Contribuição da Metodologia de Zoltán Kodály*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Vasconcelos, S. (2017). *Economia Social*.
<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/economia-social-240606> Acesso em: 10 abril de 2018.
- Veghazi, V. N. K. (2015). Hay algunos que sienten que esto les parte la cabeza. Notas sobre experiencias de aprendizaje-servicio en la universidad de Buenos Aires. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*.
- Vieira, T. (2008): *Os Papéis das Organizações do Terceiro Setor na resposta aos Problemas Sociais*. Universidade de Coimbra.
- Weisbroad, B. (1988). *The Nonprofit Economy*. Cambridge MA University Press, Havard.
- Willems, E. (1970). *As Bases Psicológicas da Educação Musical*. Bienne: Edição Patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Edições Pro-Música.
- Zylbersztajn, D. (2000). *A organização Ética: um ensaio sobre as relações entre ambiente econômico e o comportamento das organizações*. São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/USP, 2000.